

MRS Logística S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
MRS Logística S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

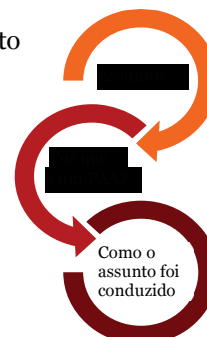
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MRS Logística S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





MRS Logística S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento da receita (Notas 2.21 e 26)

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da receita líquida de serviços da MRS é de R\$ 3.279 milhões. A receita da Companhia é composta por venda de serviços de transporte ferroviário de cargas, estadia de vagões e partilha de fretes. Esses serviços são prestados com base em contratos de média e longa duração, sendo estabelecidas multas para o não cumprimento de volumes mínimos de carga anual para alguns clientes.

Essa foi uma área de foco de nossa auditoria em função da relevância da receita, da diversidade das condições contratuais que envolvem múltiplos elementos e cobrança de multas sobre volumes não cumpridos, que são base para a determinação do registro da receita de serviços e/ou de multas contratuais no período correto.

Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes principais procedimentos:

Efetuamos entendimento dos controles internos relevantes do processo de faturamento e contas a receber, bem como dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses processos e controles.

Confrontamos as informações contidas no sistema de faturamento com a base de receita reconhecida no sistema contábil.

Efetuamos confirmação de saldo do contas a receber em 31 de dezembro de 2016, em base amostral.

Checamos, em base amostral, a documentação-suporte da receita, bem como a liquidação financeira subsequente para confirmar se os valores foram contabilizados no período de competência.

Para contratos selecionados, confirmamos que os cálculos da administração das receitas reconhecidas incorporaram os aspectos relevantes dos termos dos contratos.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidências de auditoria apropriadas e suficientes em relação a esse tema.



MRS Logística S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões e passivos contingentes-fiscais, cíveis e trabalhistas (Notas 2.15, 3(d) e 23.1)

Conforme descrito na nota explicativa 23.1, a MRS é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, para as quais a administração registra uma provisão com base em estimativas nos casos em que considera que haverá perda provável.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois depende de eventos futuros que não estão sob o controle da administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis e a complexidade do sistema jurídico podem resultar em desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos. Além disso, mudanças em jurisprudências também podem trazer alterações nas estimativas da administração.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes do processo de identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões.

Adicionalmente, obtivemos confirmações dos assessores jurídicos contemplando os prognósticos de perda para os principais processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda possível e provável.

Avaliamos a razoabilidade das estimativas da administração e seus assessores jurídicos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as divulgações, estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



MRS Logística S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é



MRS Logística S.A.

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

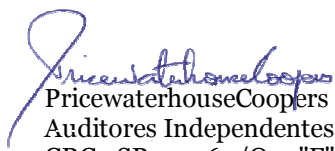
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

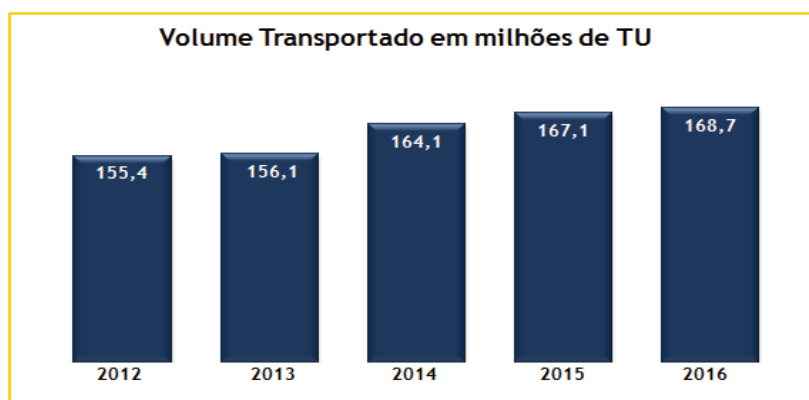

Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

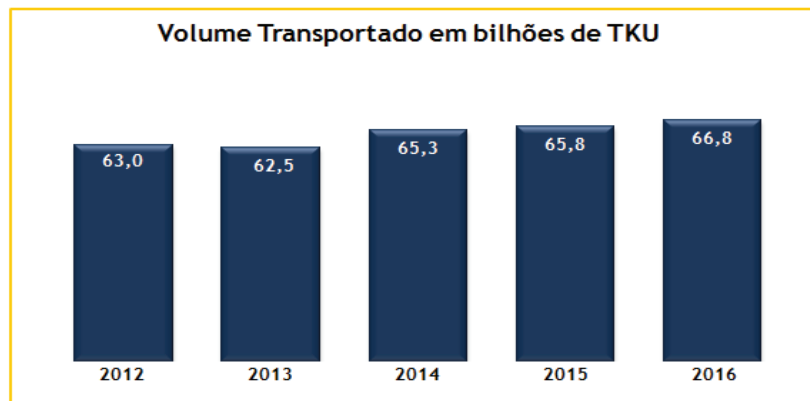
1. A COMPANHIA

Destaques Financeiros e Operacionais	2012	2013	2014	2015	2016	2016 x 2015
Volume Transportado (TU milhões)	155,4	156,1	164,1	167,1	168,7	0,9%
Receita Operacional Bruta (R\$ milhões)	3.266,7	3.323,3	3.380,8	3.502,6	3.635,7	3,8%
Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)	2.989,8	3.038,1	3.063,1	3.172,7	3.279,4	3,3%
EBITDA ¹ (R\$ milhões)	1.117,1	1.217,5	1.213,4	1.216,1	1.470,2	20,9%
Margem EBITDA (%)	37,4%	40,1%	39,6%	38,3%	44,8%	6,5pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	440,1	469,4	378,8	295,8	417,6	41,2%
Dívida Bruta (R\$ milhões)	2.612,4	2.856,2	2.963,4	3.382,1	2.780,9	-17,8%
Dívida Líquida (R\$ milhões)	2.280,9	2.385,1	2.696,5	2.710,6	2.435,7	-10,1%
Dívida Líquida/EBITDA ¹ (x)	2,04x	1,96x	2,22x	2,23x	1,66x	-0,57x

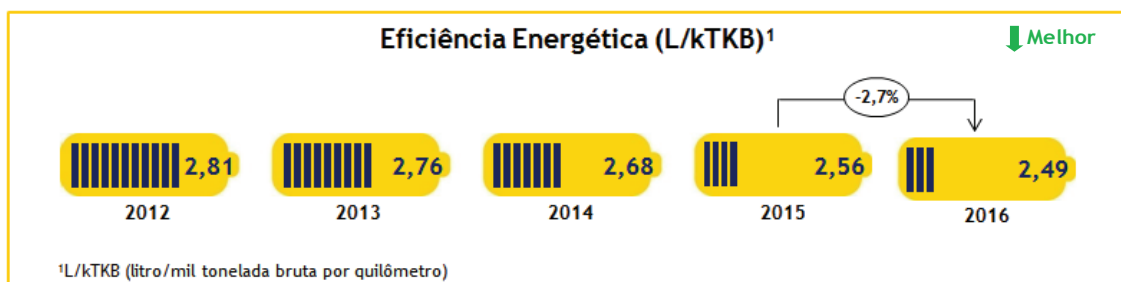
¹ EBITDA acumulado 12 meses.

A MRS transportou 168,7 milhões de toneladas (Mt) em 2016, volume 0,9% acima do verificado em 2015, registrando mais um recorde de produção. Neste período também se verificou o maior volume de *Heavy Haul* (minério de ferro, carvão e coque) já transportado pela Companhia, 126,2 Mt, além de outros recordes históricos como o maior volume de produtos agrícolas, 27,4 Mt, contêineres, 1,8 Mt (ou 177,6 mil TEUs), e o melhor volume transportado em um trimestre, no 3º trimestre de 2016 que alcançou 45,7 Mt.

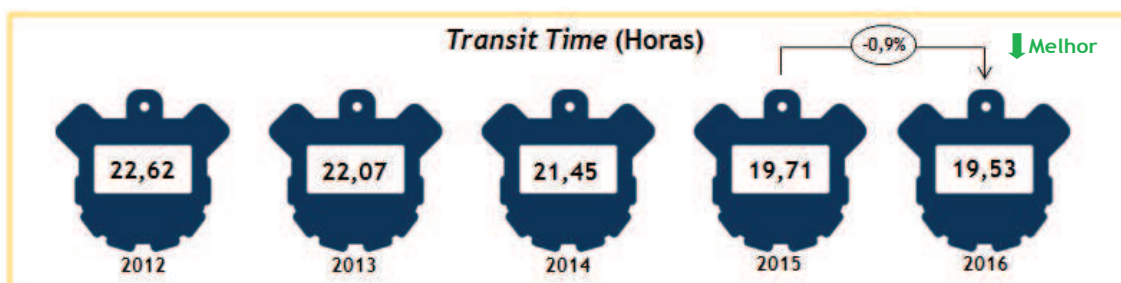




Mesmo em um cenário de fraco desempenho econômico no país, a MRS segue resiliente, aumentando o volume transportado, melhorando seus indicadores operacionais sem abrir mão da segurança.



Em 2016, o indicador de eficiência energética, que mede o consumo de combustível das locomotivas, atingiu mais uma vez o seu menor nível histórico, com 2,49 L/kTKB (Litro/Mil Tonelada Quilômetro Bruto). A redução de quase 3% no consumo em relação a 2015 é explicada pelo trabalho contínuo da Companhia na melhor gestão dos custos e produção, tendo como destaques em 2016 duas grandes frentes, quais sejam: i) o aumento da produtividade dos trens utilizados no fluxo de minério de ferro, que representa a maior carga transportada pela Companhia; e ii) a utilização de locomotivas mais novas e mais eficientes, com maior aproveitamento das oportunidades de desligamento do motor diesel, impactando no menor consumo de combustível.

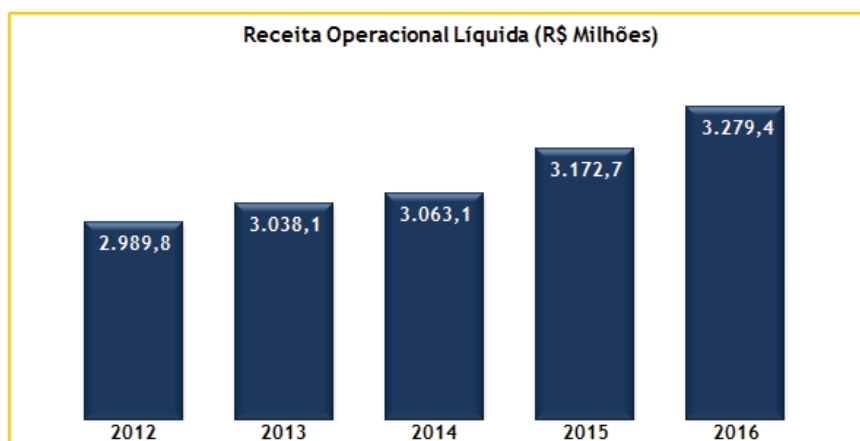


O *Transit Time*, indicador que mostra o tempo - incluindo a volta dos vagões para carregamento nas minas - que se leva no transporte de minério de ferro para exportação, principal produto transportado, apresentou nova redução por mais um ano consecutivo. A utilização de locomotivas modernas e mais produtivas e o emprego do CBTC (*Communication Based Train Control*) em todo o carrossel do minério (trens carregados nas minas localizadas em Minas

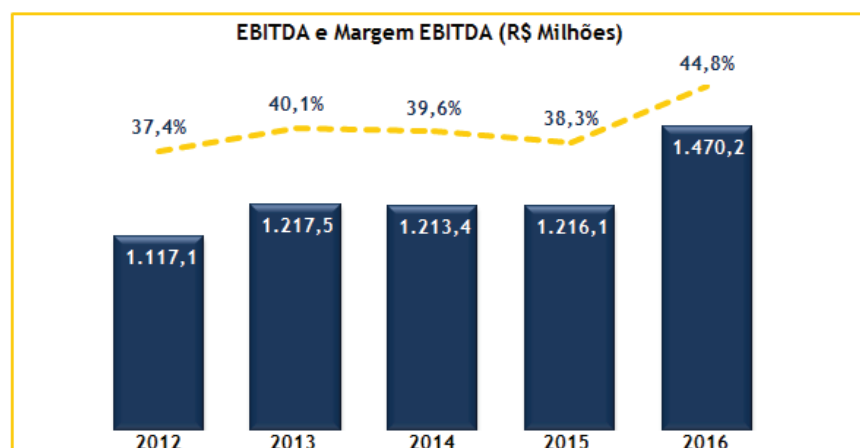
Gerais e descarregados nos portos do Rio de Janeiro) explicam a melhora deste indicador a cada ano.

Aspectos Financeiros

A Receita Líquida da MRS atingiu R\$3,3 bilhões em 2016, ficando cerca de 3% acima do registrado no ano anterior.



O EBITDA de 2016 ficou 20,9% acima do verificado em 2015, alcançado R\$1.470,2 milhões, com Margem EBITDA de 44,8%.



Este resultado contempla a contabilização não recorrente de R\$148,0 milhões (líquidos de PIS e COFINS) referente ao acordo firmado com a Mineração Usiminas S.A. ("MUSA"), explicado nos releases trimestrais de 2016 e no item "3 – Aspectos Econômicos - Financeiros" deste Relatório Anual. No entanto, ao ajustarmos o EBITDA retirando estes R\$148,0 milhões, o resultado de 2016 segue 8,7% superior ao de 2015, afirmando a solidez financeira da Companhia, que segue transportando volumes maiores a custos menores.

Conciliação do EBITDA (R\$ milhões)	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	417,5	295,8
(+) Tributos sobre o Lucro	243,6	155,9
(+) Depreciação e Amortização	559,8	515,4
(+) Resultado Financeiro Líquido	249,3	249,0
(=) EBITDA	1.470,2	1.216,1
(-) Contabilização Indenização MUSA	148,0	-
(=) EBITDA Ajustado	1.322,2	1.216,1

Rating AAA

Em outubro de 2016, a agência de classificação de risco Fitch *Ratings* atribuiu *rating* 'AAA(bra)' em escala nacional, com perspectiva estável, para a MRS. Os principais fundamentos para a conferir nota máxima de risco para Companhia foram: i) forte e resiliente geração de caixa operacional; ii) conservadora estrutura de capital; iii) robusta flexibilidade financeira; e iv) baixa exposição à concorrência.

“As projeções da Fitch indicam que nos próximos anos a MRS continuará a manter margens operacionais e métricas de crédito sólidas, beneficiadas pelo seu modelo de negócios severamente testado e pela continuidade de geração de fluxos de caixa livre positivos”

Também foram atribuídos *ratings* em escala global de probabilidade de inadimplência do emissor (IDR na sigla em inglês) 'BBB-', com perspectiva estável, em moeda local e 'BB+', com perspectiva negativa, em moeda estrangeira, limitado ao *cap* do *rating* soberano.

Metas Regulatórias

A meta de acidentes firmada junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT foi cumprida, ficando 39,4% abaixo do que havia sido definido para 2016 (5,82 acidentes/milhão.trem.km versus a meta de 9,60). Este resultado deve-se, principalmente, aos investimentos realizados em segurança operacional e ao trabalho contínuo das campanhas desenvolvidas pela MRS de prevenção e conscientização da população para reduzir a quantidade e gravidade dos acidentes ferroviários.

A MRS possui, junto ao órgão regulador, uma meta de produção para 84 trechos. Para cumprir a meta, a MRS precisa atingir os valores pactuados com a ANTT em, pelo menos, 90% desses 84 trechos. Os valores medidos em cada trecho são acompanhados e averiguados pela ANTT e os dados referentes a 2016 ainda estão em fase de apuração.

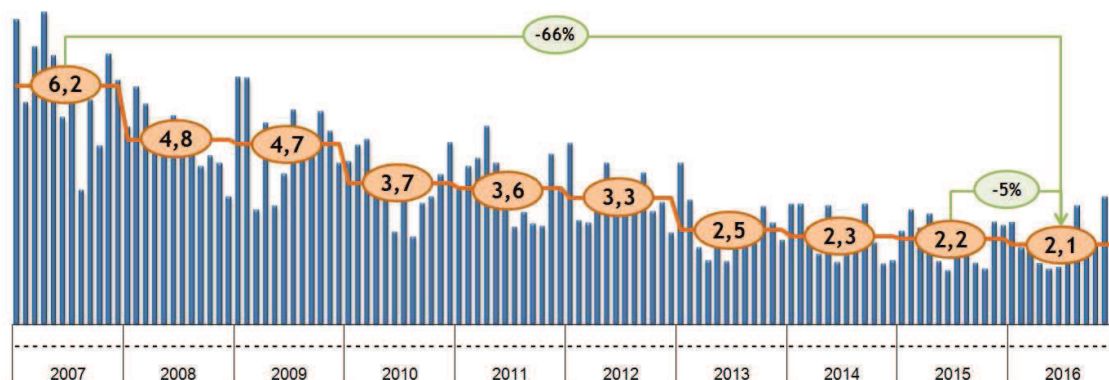
Segurança

Observando a taxa de ocorrências ferroviárias, devidamente ponderada pelo volume transportado, observa-se uma redução de 5,0% em relação a 2015, conforme mostra o gráfico abaixo, reforçando o compromisso que vem trazendo resultados perenes não só para a MRS, mas também para as comunidades localizadas no entorno da ferrovia e para nossos clientes.

Evolução Histórica das Ocorrências Ferroviárias

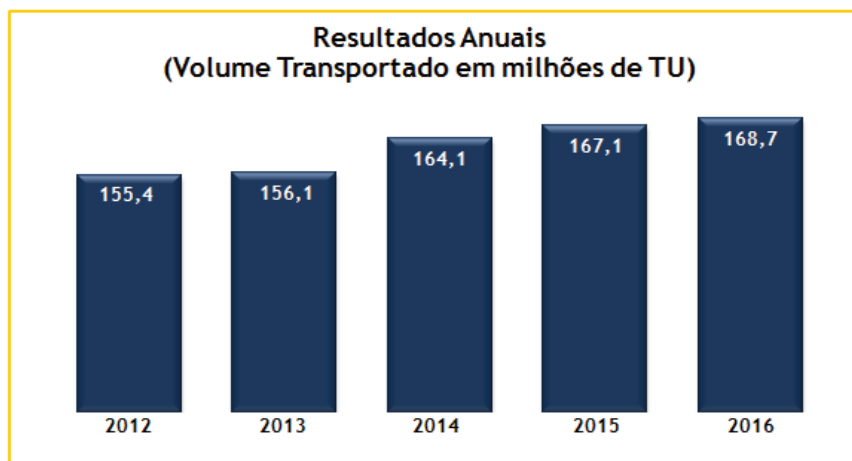
Taxa de Acidentes (Nº de ocorrências/Bilhão de TKB)

■ Taxa por mês — Taxa anual



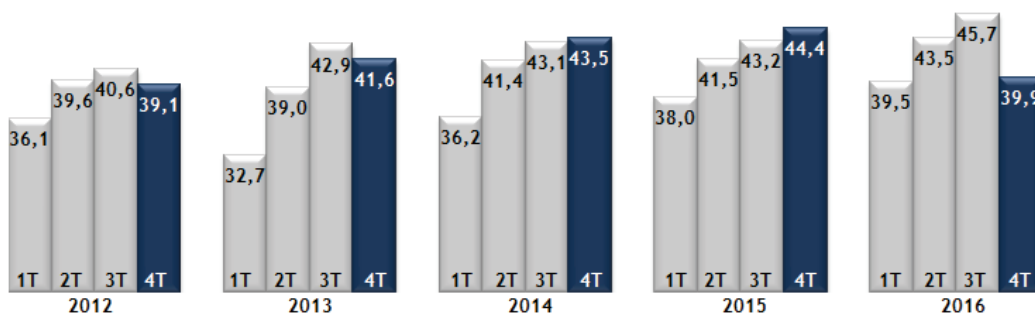
2. RESULTADOS COMERCIAIS

Em 2016, a MRS atingiu um novo recorde de produção. Foram 168,7 milhões de toneladas (Mt) transportadas, crescimento de 0,9% em relação ao ano de 2015. Esse recorde se destaca ainda mais diante do atual cenário econômico enfrentado no Brasil em 2016.

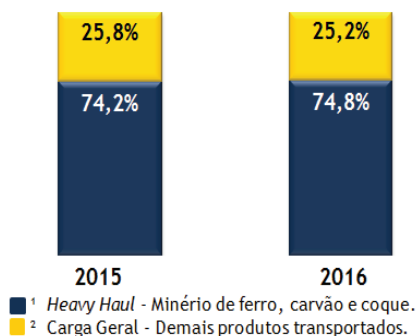


Além do recorde anual de transporte, os três primeiros trimestres de 2016 foram, historicamente, os melhores em volume transportado, quando comparados aos mesmos períodos de anos anteriores. Destes, o que mais se destacou foi o 3º trimestre de 2016, quando a Companhia registrou 45,7 Mt, o maior volume realizado em um trimestre. No entanto, no 4º trimestre de 2016 verificou-se uma redução de 10,1% no volume transportado quando comparado ao mesmo período de 2015, explicada pelo menor volume de *Heavy Haul* e pela quebra da safra do milho, impactando o resultado do grupo Carga Geral.

Resultados Trimestrais
(Volume Transportado em milhões de TU)



Mix Transportado



Em 2016, o volume transportado de produtos do grupo *Heavy Haul*, correspondeu a 74,8% do volume total transportado. Foram 126,2 Mt transportadas, o que representa um aumento de 1,8% em relação ao volume de 2015. O grupo Carga Geral, que representa as demais cargas transportadas pela MRS, foi responsável por 42,4 Mt e registrou queda de 1,4% em relação a 2015.

Volume Transportado TU Milhares	4T16	3T16	4T15	4T16 x 3T16	4T16 x 4T15	2016	2015	2016 x 2015
Heavy Haul	30.626	33.654	32.916	-9,0%	-7,0%	126.214	124.038	1,8%
Minério de Ferro	29.882	33.141	32.307	-9,8%	-7,5%	124.000	121.496	2,1%
Exportação	25.826	29.421	27.423	-12,2%	-5,8%	109.014	102.481	6,4%
Mercado Interno	4.056	3.720	4.884	9,0%	-16,9%	14.986	19.015	-21,2%
Carvão e Coque	743	512	609	45,2%	22,1%	2.214	2.542	-12,9%
Carga Geral	9.293	12.072	11.507	-23,0%	-19,2%	42.439	43.036	-1,4%
Produtos Siderúrgicos	1.536	1.447	1.110	6,1%	38,4%	5.231	5.166	1,3%
Produtos Agrícolas	5.408	7.988	7.826	-32,3%	-30,9%	27.411	27.000	1,5%
Outros	2.350	2.637	2.571	-10,9%	-8,6%	9.797	10.869	-9,9%
Total	39.919	45.726	44.423	-12,7%	-10,1%	168.653	167.074	0,9%



HEAVY HAUL

Minério de Ferro – Exportação

O volume de Minério de Ferro destinado à exportação transportado em 2016 obteve mais um resultado recorde para a Companhia, de 109,0 Mt, incremento de 6,4% em relação ao ano anterior.

No 4º trimestre de 2016, alguns contratempos operacionais na carga e descarga e no trecho causaram a redução de 5,8% no volume transportado quando comparado ao mesmo período de 2015, registrando 25,8 Mt.

Minério de Ferro, Carvão e Coque – Mercado Interno

No 4º trimestre de 2016, o transporte de minério de ferro para consumo interno foi de 4,1 Mt, crescimento de 9,0% quando comparado com o 3º trimestre de 2016. Totalizando o ano de 2016, foram transportadas 15,0 Mt, queda de 21,2% em relação a 2015 explicada pela renegociação de contratos comerciais, além da oportunidade de compra de placas prontas de alguns clientes do setor siderúrgico que operam com usinas integradas substituindo, assim, sua produção própria.

Houve redução de 12,9% no volume total transportado de carvão e coque para consumo interno em 2016 quando comparado ao ano de 2015, em função da retração observada na siderurgia nacional. Apesar disso, verificou-se um aumento de 45,2% no volume transportado no 4º trimestre de 2016 em relação ao 3º trimestre de 2016 devido ao retorno de um dos alto-fornos de um importante cliente em outubro de 2016.

CARGA GERAL

Produtos Siderúrgicos

O transporte de produtos do setor siderúrgico totalizou 5,2 Mt em 2016, aumento de 1,3% na comparação com o resultado obtido em 2015, explicado pelo maior volume de placas transportadas para atendimento às operações de determinados clientes da siderurgia, compensando o baixo desempenho dos segmentos automobilístico e de construção civil.

Na comparação entre o 4º trimestre de 2016 e o 3º trimestre de 2016, o aumento foi de 6,1%, resultado atingido em função de um aumento da exportação de produtos siderúrgicos através da ferrovia, além do aumento no transporte de placas para consumo nas usinas.

Produtos Agrícolas

A MRS transportou no ano de 2016, considerando outras ferrovias que utilizam o direito de passagem remunerado, o total de 27,4 Mt em produtos agrícolas (açúcar, milho, soja e farelo de soja), o que representa mais um recorde histórico para a companhia. O crescimento em relação ao ano anterior foi de 1,5%, resultado expressivo levando em conta a quebra de safra do milho, que prejudicou o transporte desse grão em 2016.

Dentre as commodities agrícolas transportadas pela MRS, a soja é uma das que merece destaque. Esta fechou o ano com um aumento de 21,9% em relação a 2015, atingindo 7,2 Mt, crescimento devido a um aumento de exportação através do porto de Santos-SP. O açúcar também apresentou incremento relevante, 17,4% em relação ao ano anterior, com 10,6 Mt transportadas.

Na comparação com o 3º trimestre de 2016, o segmento agrícola apresentou queda de 32,3% no volume transportado, explicada pela sazonalidade de cada commodity. Analisando os resultados do 4º trimestre de 2016 frente ao mesmo período de 2015, a redução é de 30,9%, acarretada principalmente pela quebra de safra do milho, causando a redução de mais de 3,3 Mt no volume transportado.

Outros

A MRS transportou no ano de 2016 um total de 9,8 Mt nos demais produtos de Carga Geral, grupo que é composto por insumos da construção civil, bauxita, contêineres e outros e que, em função da situação econômica de recessão nacional, apresentou uma queda de 9,9% em relação a 2015.

O destaque positivo de 2016 no grupo de Carga Geral foi o transporte de contêineres, com crescimento de 16,4% em relação a 2015, confirmando o fortalecimento do modal ferroviário nesta solução logística. O modelo operacional adotado permitiu a inclusão de uma nova rota no estado do Rio de Janeiro, com aumento da carteira de clientes atendido, alcançando um volume total de 1,8 Mt (ou 177,6 mil TEUs) transportadas.

3. ASPECTOS ECONOMICO-FINANCEIROS

Período	4T16	3T16	4T15	4T16 x 3T16	4T16 x 4T15	2016	2015	2016 x 2015
Receita Bruta (R\$ milhões)	901,0	984,1	974,1	-8,4%	-7,5%	3.635,7	3.502,6	3,8%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	22,6	21,5	21,9	5,1%	3,2%	21,6	21,0	2,9%
Receita Líquida (R\$ milhões)	809,9	888,0	885,4	-8,8%	-8,5%	3.279,4	3.172,7	3,4%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	20,3	19,4	19,9	4,6%	2,0%	19,4	19,0	2,1%
EBITDA (R\$ milhões)	312,5	366,1	308,1	-14,6%	1,4%	1.470,2	1.216,1	20,9%
Margem EBITDA (%)	38,6%	41,2%	34,8%	-2,6pp	3,8pp	44,8%	38,3%	6,5pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	54,0	113,9	92,1	-52,6%	-41,4%	417,6	295,8	41,2%
Dívida Líquida/EBITDA¹ (x)	1,66x	1,72x	2,23x	-0,06x	-0,57x	1,66x	2,23x	-0,57x

Faturamento

A Receita Líquida de 2016 foi a maior já registrada pela Companhia, alcançando R\$3,3 bilhões. Os maiores volumes e o melhor mix de produtos, com recuperação no transporte de cargas estratégicas, explicam este aumento.

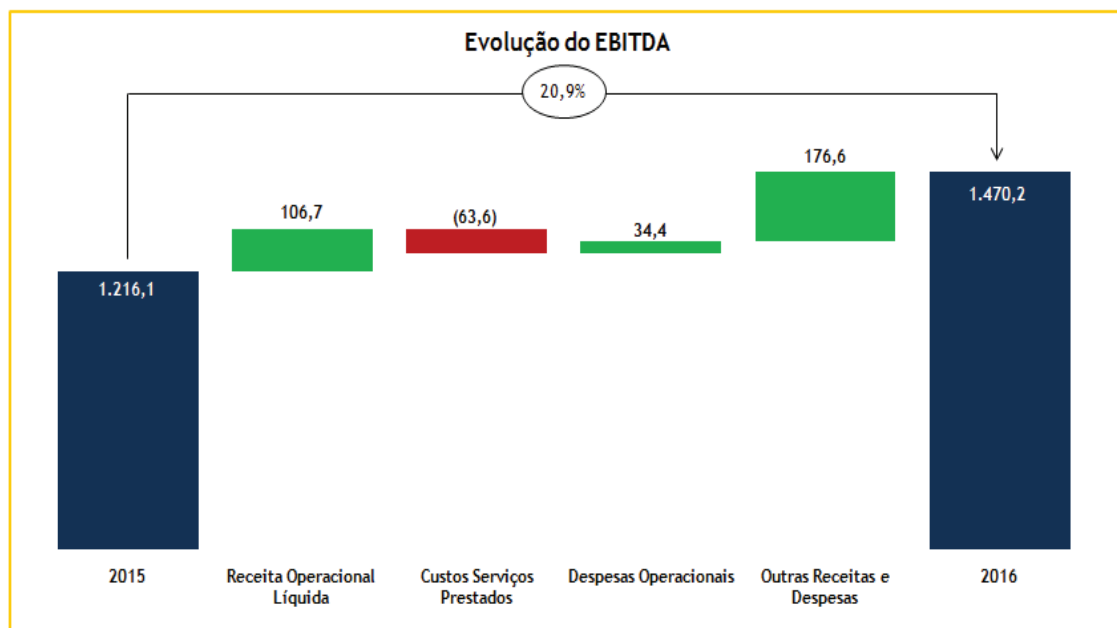
No 4º trimestre de 2016, a Receita Líquida ficou 8,8% abaixo da registrada no mesmo período de 2015 devido à queda de 10,1% no volume transportado, comentada neste Relatório.

EBITDA e Lucro Líquido

O EBITDA de 2016 foi de R\$1.470,2 milhões, 20,9% acima do verificado em 2015, com Margem EBITDA de 44,8%, aumento de 6,5 p.p. em relação ao ano anterior. Este resultado conta com os R\$148,0 milhões referentes ao acordo firmado com a MUSA no início de 2016. No entanto,

Relatório da administração**Exercício de 2016**

conforme demonstrado neste Relatório, ao ajustarmos os R\$148,0 milhões do resultado, ainda assim verificamos uma expansão de 8,7% no EBITDA na comparação entre os anos de 2016 e 2015, com Margem EBITDA acima de 40%, fruto do forte controle de custos e despesas promovido pela Companhia ao longo de 2016.



Na ordem apresentada no gráfico acima, os fatores mais relevantes no EBITDA de 2016 foram:

- I. Receita Operacional Líquida:** Incremento de R\$106,7 milhões refletindo o recorde de produção em 2016.
- II. Custos Serviços Prestados:** Aumento de 4,0%, sendo que a maior parte, R\$26,3 milhões, foi verificada nas parcelas de arrendamento e concessão pagas ao Governo, reajustadas anualmente pelo IGP-DI. Despesas com manutenção e mão de obra aumentaram cerca de R\$13,7 milhões, enquanto o frete pago às outras concessionárias pelo direito de passagem aumentou R\$11,0 milhões. Na ponta positiva, ganhos com Eficiência Energética proporcionaram economia relevante nos custos com combustíveis, reduzindo o efeito dos reajustes autorizados pelo Governo.
- III. Despesas Operacionais:** Dos R\$34,4 milhões positivos identificados no gráfico acima, R\$51,8 milhões são reflexo da reversão de Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), contabilizada em 2014 para a MMX Mineração e Metálicos S.A., em recuperação judicial. No entanto, o efeito líquido desta reversão no EBITDA da Companhia foi de R\$20,5 milhões, após renegociação dos valores com a MMX. A diferença entre esses valores foi reconhecida em Outras Despesas Operacionais.
- IV. Outras Receitas e Despesas:** Reflete, em sua maior parte, os R\$148,0 milhões referentes ao acordo com a MUSA. Além deste, houve ganho de aproximadamente R\$15,0 milhões em vendas de ativos e a despesa mencionada acima, referente à renegociação com a MMX.

Endividamento

A Companhia encerrou o ano de 2016 com R\$2,8 bilhões de Dívida Bruta, redução de 17,8% quando comparada ao final de 2015. Os principais fatores para esta redução foram: i) o maior volume de amortizações ao longo do ano, incluindo a liquidação de uma das dívidas em dólar americano no montante de R\$139,5 milhões e a primeira parcela de amortização da 5ª emissão

Relatório da administração**Exercício de 2016**

de debêntures da Companhia, no valor de R\$100 milhões; e ii) a menor necessidade de captações, em linha com o menor volume de investimentos registrados.

Período	4T16	3T16	4T16 x 3T16	4T15	4T16 x 4T15
Dívida Bruta (R\$ milhões) ¹	2.780,9	3.026,9	-8,1%	3.382,1	-17,8%
Dívida Bruta em R\$ (milhões)	2.534,1	2.615,8	-3,1%	2.920,5	-13,2%
Dívida Bruta em US\$ (milhões) ²	246,8	411,1	-40,0%	461,6	-46,5%
Caixa (R\$ milhões) ³	345,2	504,5	-31,6%	671,5	-48,6%
Dívida Líquida (R\$ milhões)	2.435,7	2.522,4	-3,4%	2.710,6	-10,1%
EBITDA (R\$ milhões) ⁴	1.470,2	1.465,8	0,3%	1.216,1	20,9%
Dívida Líquida/EBITDA (x) ⁴	1,66x	1,72x	0,06x	2,23x	0,57x

¹ A diferença em relação à soma das linhas de Empréstimos e Financiamentos (Balanço) corresponde aos Custos de Transação.

² Incorpora o valor justo dos instrumentos derivativos.

³ Inclui Caixa Restrito.

⁴ EBITDA acumulados nos últimos 12 meses.

Este maior fluxo de saída de recursos para pagamento do principal e encargos da dívida refletiu diretamente na posição de caixa, que reduziu 48,6% entre os anos. No entanto, o indicador de alavancagem, medido pela Dívida Líquida/EBITDA 12 meses, reduziu consideravelmente, para 1,66x, o menor e melhor resultado dos últimos 5 anos, explicado também pelo maior EBITDA. Mesmo após o ajuste do acordo com a MUSA no EBITDA, o indicador permanece confortável, em 1,84x.

Lucro Líquido

O Lucro Líquido de 2016 foi de R\$417,5 milhões, 41,2% superior ao registrado em 2015. Este resultado foi positivamente impactado pela contabilização do acordo com a MUSA, que acrescentou R\$98,0 milhões, já descontados o IRPJ e CSLL. O Lucro Líquido da Companhia, após ajustarmos este valor, foi de R\$319,5 milhões, 8,0% acima do verificado em 2015, refletindo a melhora no resultado operacional.

Demonstrativo do Fluxo de Caixa

O saldo de caixa em dezembro de 2016 foi de R\$296,1 milhões, valor inferior aos R\$627,7 milhões registrados no mesmo período de 2015, explicado principalmente pelo processo de desalavancagem conduzido ao longo do ano, combinado com menor nível de investimento, devidamente ajustado ao crescimento mais discreto do transporte de cargas.

Demonstração do Fluxo de Caixa - R\$ Milhões		
	2016	2015
Caixa no início do período	627,6	221,1
Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	661,2	451,7
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	(14,3)	-
Depreciação e amortização	559,8	515,4
Variação monetária, cambial e encargos financeiros	298,7	340,9
Baixa valor residual imobilizado e investimento	22,7	11,3
Provisão para perdas estimadas em créditos de Liquidação Duvidosa	(49,1)	(0,1)
Provisão/reversão para perdas de ativos	(2,3)	25,8
Outros	90,5	145,1
Lucro líquido base caixa	1.567,2	1.490,2
Variações nos ativos e passivos	(601,3)	(398,5)
Contas a receber e partes relacionadas	(67,8)	(2,5)
Estoques	8,4	(4,1)
Impostos a recuperar	3,4	(38,7)
Fornecedores	(46,4)	1,4
Obrigações fiscais	4,0	1,2
Tributos sobre lucro	(215,8)	(110,8)
Obrigações sociais e trabalhistas	10,9	(3,1)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(227,8)	(209,9)
Outros	(70,2)	(32,0)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	965,9	1.091,7
Imobilizado	(571,4)	(783,5)
Intangível	(5,9)	(10,1)
Recurso proveniente da alienação de bens do ativo imobilizado	29,5	0,1
Atividades de Investimento	(547,8)	(793,6)
Captação de empréstimos e financiamentos	29,9	254,0
Captação de Debêntures	-	555,0
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(609,3)	(327,0)
Pagamento de debêntures	(100,0)	(193,7)
Dividendos pagos	(70,2)	(179,9)
Atividades de Financiamento	(749,6)	108,3
Caixa no Final do Período	296,1	627,6
Geração de Caixa	(331,5)	406,5

4. PROJETOS E INVESTIMENTOS

Em 2016, a MRS investiu R\$ 587,6 milhões, mantendo o foco em investimentos voltados à manutenção do negócio.

Abaixo são detalhados os grandes grupos de investimentos realizados em 2016:

Investimentos 2016	R\$ Milhões
Material Rodante (Locomotiva e Vagão) ¹	184,2
Via Permanente ²	324,5
Sistemas de eletroeletrônica	42,5
Programa SMS ³	16,7
Diversos	19,7
Total	587,6

¹ Aquisição, confiabilidade e modernização do material rodante.

² Expansão, confiabilidade de infraestrutura e modernização da via permanente.

³ Investimentos em Saúde, Meio Ambiente e Segurança.

Os principais investimentos foram:

- **Material rodante:** Aquisição de 23 vagões FLT para transporte de cimento ensacado e paletizado; e realização da transformação de 120 vagões GDT, empregados no transporte de minério de ferro, em vagões HPT, utilizado no transporte de produtos agrícolas.
- **Expansões de trechos de via permanente e pátios:** Investimento voltado para o atendimento dos fluxos de Carga Geral e com o objetivo de proporcionar aumento no volume transportado, como: i) licenciamento para ampliação e reativação de terminais; ii) construção de 2 linhas no pátio de Areais (Baixada Santista-SP); automação do pátio de Santos-SP e sinalização do pátio de Piaçaguera-SP; iii) substituição de pontes; e iv) repotencialização da Baixada Santista-SP.
- **Modernização de ativos:** Intervenções em locomotivas, vagões e na malha ferroviária, proporcionam aumento nos níveis de confiabilidade e, consequentemente, na disponibilidade dos ativos, permitindo assim maior eficiência e otimização das operações ferroviárias.
- **Confiabilidade de infraestrutura:** Para mitigar os riscos associados à confiabilidade da malha, a MRS deu continuidade ao programa plurianual de intervenções preventivas em pontos previamente identificados e atuou também em obras de arte. Em 2016, foram executadas 36 obras de contenção, 9 intervenções em pontes, sendo 4 obras de substituição e 5 obras corretivas, além da revitalização de 1 túnel e da retirada de interferências de outros 2, totalizando R\$57,2 milhões investidos.

5. PROJETOS TECNOLÓGICOS

Estamos na fase final de implantação do CBTC (*Communication Based Train Control*), sistema de automatização inovador no Brasil e no mundo, que proporciona maior capacidade de transporte e maior segurança no tráfego ferroviário permitindo, por exemplo, a frenagem à distância em casos de emergência ou falha humana. Em 2016, foram executadas as seguintes etapas no CBTC: i) ajustes em *softwares* para aumento da confiabilidade e da performance

operacional; e ii) instalações do sistema de bordo em veículos auxiliares, garantindo a recepção e o envio de informações para o CCO (Centro de Controle Operacional).

Outro projeto com cunho tecnológico que iniciou sua realização em 2016 foi o AEES – *Automatic Engine Start Stop* ou Sistema Automático de Partida e Parada - aplicado nos motores das locomotivas. Foram contratados serviços de configuração de *software* personalizado para 174 locomotivas modelo AC44i e *Dash 9* e a atualização de *software* em outras 107 locomotivas AC44i, com o objetivo de proporcionar aumento na eficiência energética, reduzindo custos com combustível através da leitura de variáveis analógicas e digitais, monitoradas por sensores, que otimizam o acionamento e desligamento dos motores das locomotivas. Em 2016, houve a compra do material e em 2017 serão realizadas as instalações nas primeiras locomotivas.

6. RECURSOS HUMANOS E QUALIDADE

Os esforços contínuos para construção de melhorias no ambiente de trabalho têm proporcionado bons resultados no quesito “Favorabilidade de Clima”¹, que atingiu a marca de 79% em 2016.



A MRS, ao final de 2016, contou com a colaboração de 6.081 empregados, sendo 88% ligados à operação ferroviária. Desse efetivo, 55% estavam lotados no Estado de Minas Gerais, 22% no Estado do Rio de Janeiro e 23% no Estado de São Paulo. A idade média do efetivo é de 37 anos e a participação feminina tem sido crescente. Entre 2010 e 2016, aumentamos em 89% o número de mulheres contratadas, que representam, atualmente, 10,3% do efetivo da Companhia, maior índice já alcançado. Durante o ano foram realizadas 570 promoções, que representa uma taxa de crescimento de 89%, reforçando a política de valorização de nossos colaboradores.

7. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Relacionamento com Comunidades Lindeiras

A MRS continua melhorando o relacionamento com as comunidades situadas no entorno da ferrovia (“comunidades lindeiras”). A principal interface entre as comunidades e a MRS é realizada a partir da atuação dos Comitês Regionais, que promovem diálogos com lideranças e moradores visando soluções para mitigar os impactos da operação ferroviária.

¹ A Pesquisa de Clima é realizada com todos os colaboradores, que respondem a 64 perguntas sobre os temas: Identidade, Liderança, Satisfação / Motivação e Aprendizagem/Desenvolvimento.

Além da atuação permanente dos Comitês Regionais, o processo de relacionamento com comunidades conta também com a realização anual dos eventos denominados “Espaço Aberto: MRS e Comunidade”. Nestes eventos, a Companhia apresenta para as principais lideranças da comunidade um conjunto de ações e investimentos realizados com o objetivo de reduzir os impactos da operação ferroviária e melhorar a convivência com a ferrovia. Em 2016, foram realizados 6 eventos reunindo, aproximadamente, 300 lideranças comunitárias.

Ações para Prevenção de Acidentes

Em 2016, a MRS deu continuidade às ações comunitárias para promover a sensibilização da população sobre os acidentes ferroviários. Foram realizadas diversas ações em instituições de ensino, direcionadas a cerca de 4.800 crianças e adolescentes. Também foram executadas ações específicas de sensibilização sobre mudanças em procedimento de buzina para cerca de 300 moradores; ações sobre segurança em pátios críticos, mapeados para desvio de tabelas, atingindo 357 moradores; ações para multiplicação da cultura de segurança em Instituições de Assistência para usuários de Álcool e outras Drogas, mapeadas em 48 pontos críticos; além de diversas campanhas de conscientização realizadas na TV, jornal, rádio e outras mídias sociais. Como resultado dessas ações e campanhas, em 2016 a MRS conseguiu reduzir em 20% o número de acidentes envolvendo comunidades em relação a 2015.

Projetos Sociais, Culturais e Esportivos

Por meio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e em parceria com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, a MRS apoiou 15 projetos sociais em 14 municípios no entorno da ferrovia, além de 3 projetos por intermédio do Fundo do Idoso em outros 3 municípios. A empresa também patrocinou 16 projetos culturais e 2 projetos esportivos através da Lei Rouanet e da Lei de Incentivo ao Esporte, além de ter construído uma escola em Carandaí-MG e um CRAS em Nova Cruzeiro-SP com recursos provenientes dos subcréditos sociais oriundos dos contratos de financiamento junto ao BNDES. O investimento sociocultural e esportivo totalizou R\$ 9,4 milhões em 2016, incluindo R\$2,5 milhões referentes aos projetos apoiados pelo BNDES.

8. SAÚDE, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA

Saúde Ocupacional

Em 2016, foram executados diversos programas orientados para a saúde dos colaboradores e seus dependentes, quais sejam:

- **Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas - PPAD:** O programa visa garantir um ambiente de trabalho seguro, baseado na promoção da saúde dos colaboradores, além de conscientizar os mesmos sobre o efeito do uso indevido de álcool e outras drogas.
- **Campanhas de Qualidade de Vida:** Incentivam as práticas que contribuem para uma melhor qualidade de vida e para o cuidado com a saúde. Estas campanhas somaram 67 ações e temas trabalhados durante 2016, como o Outubro Rosa, Novembro Azul, Dezembro Vermelho, dengue, DST's, tabagismo, entre outros temas abordados.
- **PCA - Programa de Conservação Auditiva:** Busca prevenir danos ao sistema auditivo, acompanhando mensalmente os colaboradores com testes audiométricos e encaminhando os que apresentem alterações auditivas para especialistas.
- **Campanha de Vacinação de Colaboradores e Dependentes - H1N1:** Em 2016 foram vacinadas 5.783 pessoas entre colaboradores e seus dependentes.

Meio Ambiente

Em 2016, a MRS conduziu suas atividades assegurando o cumprimento da legislação, das normas aplicáveis e dos demais requisitos para a preservação do meio ambiente, cumprindo integralmente todos os programas ambientais relativos às condicionantes da Licença de Operação da malha ferroviária e condicionantes das Licenças de Operação das oficinas, como os programas de monitoramento da qualidade do ar, de descarte de resíduos, de proteção à flora e fauna, de controle de processos erosivos, de mitigação de riscos e impactos ambientais, além dos programas de educação ambiental.

Durante todo o ano de 2016, a MRS manteve o foco na produção sustentável, por meio de medidas efetivas de redução da geração de resíduos, buscando alternativas de reaproveitamento destes subprodutos, minimizando os impactos negativos decorrentes da disposição final. Além disso, as boas práticas adotadas refletiram na redução no consumo de água das oficinas.

Por meio do Programa Caminhos Verdes, foram plantadas 25 mil mudas de árvores na área de proteção ambiental municipal de Barra do Piraí-RJ, o que equivale a 17 campos de futebol. A escolha desta Unidade de Conservação foi definida pela MRS, pelo IBAMA e pela Prefeitura Municipal de Barra do Piraí-RJ.

Em 2016, a MRS primarizou o Programa de Educação Ambiental voltado à comunidade lindeira à ferrovia, atingindo 2.261 pessoas. Na Companhia, o programa foi direcionado a cerca de 2.000 colaboradores das oficinas, tratando de temas sobre melhores práticas ambientais nas atividades diárias.

Segurança Operacional

Os indicadores de segurança operacional da MRS têm evoluído significativamente nos últimos anos. A taxa de ocorrências ferroviárias (quantidade de ocorrências ponderada pela tonelada bruta transportada) reduziu 5,0% em relação a 2015, passando de 2,2 ocorrências por bilhão de TKB (tonelada/kilômetro bruto) para 2,1. Este número inclui ocorrências com participação direta da MRS (relacionadas às falhas na operação e manutenção), além de ocorrências em terminais de clientes, em outras ferrovias e comunidades (atropelamentos e abalroamentos).

Em 2016 foram promovidas diversas ações com o objetivo de fortalecer a segurança operacional, com destaque para:

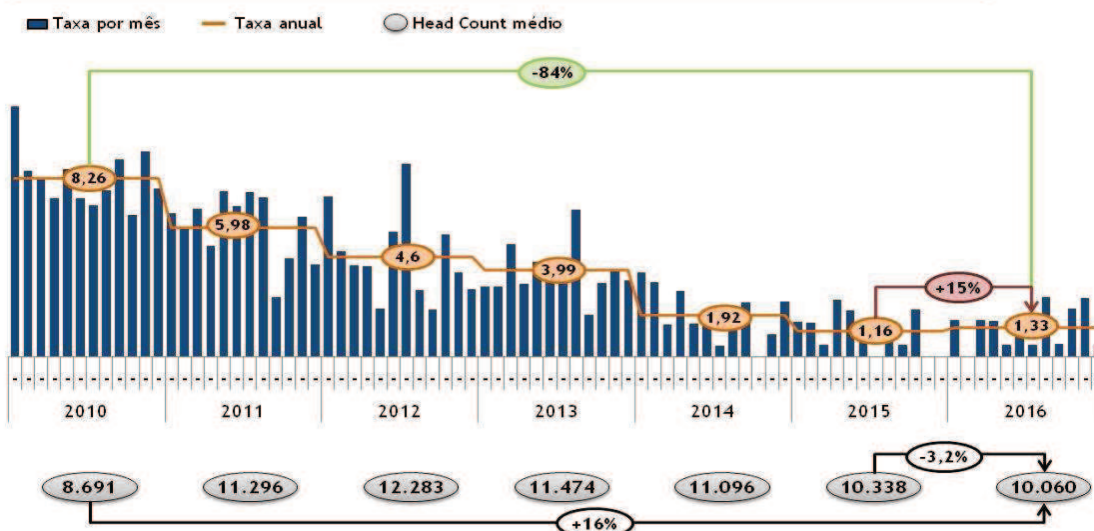
- **Mapeamento de Atividades Críticas:** Programa de identificação e monitoramento de fatores de risco associados à operação ferroviária, implantado na Diretoria de Engenharia e Manutenção e na Diretoria de Operações, gerando mais de 300 ações preventivas para acompanhamento.
- **Programa de Observação de Tarefas:** Programa de auditorias comportamentais com foco educativo e baseado em diálogos de segurança. É aplicado em toda equipe operacional, em especial aos colaboradores da Diretoria de Engenharia e Manutenção e da Diretoria de Operações (cerca de 4 mil pessoas). Tem como objetivo garantir os quatro pilares na prevenção de acidentes, que são: i) Abrangência (envolvimento de toda a equipe nas auditorias); ii) Pessoas (identificar e auditar as pessoas que necessitam de atenção especial); iii) Constância (garantir que as auditorias sejam distribuídas ao longo do mês); e iv) Desvios (antecipação de problemas - garantir feedback e correção de comportamento/desvios dos colaboradores).
- **Força Tarefa:** Programa de auditorias cruzadas, sem aviso prévio, para verificar itens de segurança operacional e pessoal e o cumprimento dos procedimentos estabelecidos. Tem como objetivo apontar desvios operacionais preventivamente, com foco educativo, e comparar os resultados com o desempenho no Programa de Observação de Tarefas.

- **Programa de Segurança em Terminais (PST):** São auditorias operacionais e de inspeções de via permanente para melhoria das condições de segurança dos terminais de clientes onde a MRS tem operação. Em 2016 foram realizadas 771 inspeções em 119 terminais.
- **Operação Limpa Trilho:** Equipes de vigilantes motociclistas dão cobertura aos trens em trechos críticos, eliminando eventuais riscos de atropelamento e abalroamento.
- **Câmeras em PNs:** Empregadas para registrar imagens da imprudência de pedestres e motoristas. As imagens gravadas são utilizadas no processo de investigação de atropelamentos e abalroamentos, além de serem divulgadas na mídia como forma de conscientização da comunidade.

Segurança do Trabalho

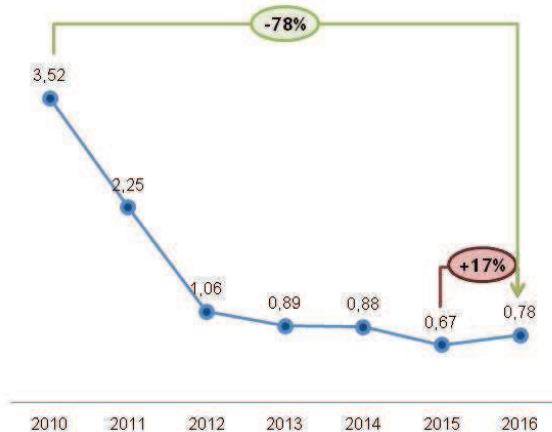
Evolução Histórica Dos Acidentes de Trabalho CAF e SAF- MRS e Contratadas

Taxa de Frequência de Acidentes
Jan/2010 a Dez/2016

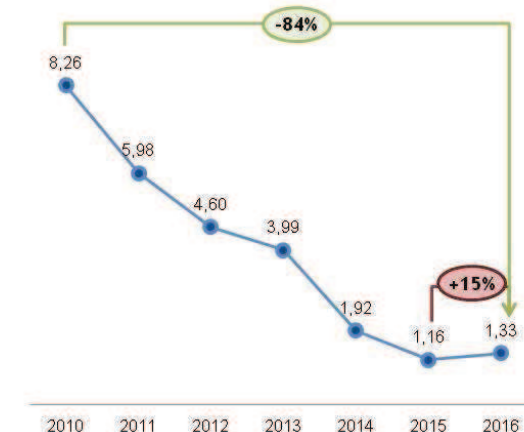


A taxa de frequência de acidentes próprios e com terceiros, com e sem afastamento, aumentou 15% em relação a 2015, mas reduziu 84% em relação a 2010, mesmo com o aumento de 16% de headcount no referido período.

Taxa de Acidentes Pessoais CAF- MRS + Contratadas



Taxa de Acidentes Pessoais CAF+SAF - MRS + Contratadas



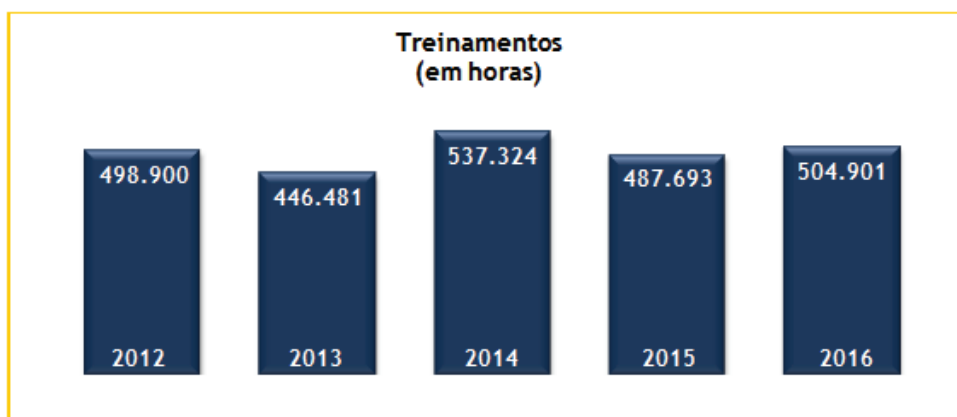
Fazendo a análise somente dos acidentes com afastamento, considerando colaboradores próprios e terceiros, a redução também foi expressiva ao longo dos anos, embora tenhamos apresentado um aumento na taxa em 2016, que fechou em 0,78.

Os programas voltados à segurança do trabalho são:

- **Diálogo Diário de Segurança (DDS) prático:** Simulação de uma determinada atividade que apresenta riscos aos colaboradores. As dúvidas são esclarecidas no momento da apresentação, o que torna a comunicação mais clara e objetiva. Dentre os 3.538 DDS realizados ao longo do ano, 225 foram na modalidade DDS prático.
- **Inspeções Planejadas:** Auditorias realizadas com o objetivo de avaliar os ambientes de trabalho e os documentos pertinentes aos processos de segurança. Em 2016, foram realizadas mais de 500 inspeções que geraram aproximadamente 6.000 ações de melhoria.
- **Reuniões Mensais com Contratadas:** O objetivo é apresentar os indicadores, os resultados das auditorias, das investigações dos acidentes e das boas práticas das empresas que prestam serviços para a MRS. Em 2016, foi obtido um percentual de conformidade de 96,4% nos contratos auditados.
- **Blitz de segurança:** São realizadas periodicamente com o intuito de verificar as condições físicas, máquinas e equipamentos, treinamentos e habilitações dos colaboradores. Aumentamos significativamente o número de blitz passando de 59 realizadas em 2015 para 263 em 2016.
- **Auditorias de processo:** Foram realizadas mais de 450 auditorias de processo. Após as auditorias, são traçadas ações de melhoria.

9. DESENVOLVIMENTO DE RH

A MRS segue investindo na formação, qualificação, aperfeiçoamento e especialização dos colaboradores. Em 2016, registramos 74 horas de treinamento por colaborador, totalizando 504.901 horas de treinamento.



Os principais treinamentos ministrados em 2016:

- Em parceria com o Senai, o programa de formação em operação ferroviária formou 170 auxiliares de maquinistas e manobreadores;
- Outros 21 colaboradores iniciaram o curso de Especialização em Transporte Ferroviário de Carga, desenvolvido em parceria com o Instituto Militar de Engenharia.
- Cerca de 390 alunos foram qualificados em cursos de Aprendizagem Industrial, através de uma parceria governamental com os programas Pronatec e Educamais.



10. ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

Início de recuperação em meio a um crescimento tímido e a dificuldades no cenário internacional. As perspectivas para a economia em 2017 indicam leve melhora em relação a 2016, mas apontam para um caminho cheio de percalços rumo à retomada da produção e do consumo.

Nesse contexto, há incertezas no mercado de *Heavy Haul*, onde mesmo após uma leve retomada de preços mantém-se firme a estratégia das grandes mineradoras. A MRS, altamente relacionada com esse segmento, mantém posicionamento, garantindo investimentos de sustentação da produção e manutenção dos seus indicadores de segurança.

Os segmentos de Carga Geral, apesar da crise, apontam algum crescimento, notadamente o de contêiner e agrícolas, onde a expectativa de redução dos custos de logística e porto pode aumentar o volume de exportação.

Para isso, continua o objetivo de aumento da produtividade de ativos, com trens maiores e mais rápidos, melhor aproveitamento de locomotivas e vagões dentre outras iniciativas.

O foco é a melhoria de processos e investimentos de manutenção otimizados, o que garante competitividade sem perda dos resultados financeiros.

Continuam nossos compromissos com os indicadores exigidos pelo Poder Concedente de produção ao longo de todos os trechos da malha, bem como a sustentação do nível de segurança operacional. Mantém-se, portanto, os investimentos associados.

O ano marca, também, a fase mais avançada do processo de prorrogação da atual concessão, com o objetivo de alavancar todo o segmento ferroviário, antecipando discussões de investimentos que tendem a solucionar os “gargalos” que impedem o aumento da participação do modal ferroviário na matriz de transporte nacional, com a inclusão de novos clientes ou ampliação do share dos atuais.

Isso significa um ciclo virtuoso de mais investimentos, mais empregos, mais renda e menores custos para todo o sistema produtivo brasileiro, implicando, em última instância, na retomada do esperado ciclo de crescimento do país.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

No exercício de 2016 a *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes prestou serviços de auditoria das demonstrações contábeis anuais e revisões das informações trimestrais.

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, a Companhia informa que não há outros serviços prestados por esta auditoria a não ser os mencionados acima.

MRS LOGÍSTICA S.A.**Balanço patrimonial em 31 de dezembro****Em milhares de reais**

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	296.099	627.625
Caixa restrito	6	49.065	43.850
Contas a receber de clientes	7	28.719	23.246
Contas a receber com partes relacionadas	8	144.115	199.709
Outras contas a receber	9	8.879	3.222
Estoques	10	91.906	101.356
Tributos a recuperar	11	107.852	91.582
Despesas antecipadas	12	24.699	15.419
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	136.577
Outros ativos circulantes	13	7.452	6.854
Total do ativo circulante		<u>758.786</u>	<u>1.249.440</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber com partes relacionadas	8	154.632	-
Outras contas a receber	9	49.968	47.627
Tributos a recuperar	11	59.508	83.252
Despesas antecipadas	12	160.089	156.532
Instrumentos financeiros derivativos	19	85.522	133.056
Outros ativos não circulantes	13	88.858	63.024
Imobilizado	14	6.179.512	6.146.957
Intangível	15	35.930	43.080
Total do ativo não circulante		<u>6.814.019</u>	<u>6.673.528</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>7.572.805</u></u>	<u><u>7.922.968</u></u>

(continua)

MRS LOGÍSTICA S.A.**Balanço patrimonial em 31 de dezembro****Em milhares de reais****(Continuação)**

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores		222.769	229.294
Obrigações sociais e trabalhistas	16	159.669	148.802
Obrigações fiscais	17	150.609	65.228
Empréstimos e financiamentos	18	653.491	876.843
Passivos com partes relacionadas	8	3.031	18.966
Dividendos a pagar	8 e 20	99.261	70.398
Concessão e arrendamento a pagar	21	67.803	61.785
Adiantamento de cliente		3.033	2.797
Provisões	23	24.664	23.488
Outras obrigações		9.480	7.328
Total do passivo circulante		<u>1.393.810</u>	<u>1.504.929</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores		18.492	21.828
Empréstimos e financiamentos	18	2.176.357	2.762.352
Passivos com partes relacionadas	8	16.303	-
Concessão e arrendamento a pagar	21	68.388	68.709
Adiantamento de Clientes		380	360
Tributos diferidos	22.b	270.185	324.141
Provisões	23	322.667	252.730
Outras obrigações		3.415	3.795
Total do exigível a longo prazo		<u>2.876.187</u>	<u>3.433.915</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>4.269.997</u>	<u>4.938.844</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24.a	1.487.756	1.392.974
Destinação de reserva para aumento de capital	32	109.606	94.782
Reservas de lucros		1.696.528	1.487.756
Reserva legal	24.c	246.222	225.345
Reserva para investimentos	24.d e 32	1.351.139	1.262.411
Dividendo adicional proposto	24.e	99.167	-
Ajustes de avaliação patrimonial	24.f	8.918	8.612
Total do patrimônio líquido		<u>3.302.808</u>	<u>2.984.124</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>7.572.805</u>	<u>7.922.968</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



MRS LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	26	3.279.420	3.172.744
Custo dos serviços prestados	27	(2.208.786)	(2.095.614)
LUCRO BRUTO		<u>1.070.634</u>	<u>1.077.130</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas (despesas) com vendas	27	37.977	(10.322)
Despesas gerais e administrativas	27	(214.623)	(205.947)
Outras receitas operacionais	28	307.626	150.916
Outras despesas operacionais	28	(291.167)	(311.049)
LUCRO OPERACIONAL		910.447	700.728
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	29	343.199	461.631
Despesas financeiras	29	(592.499)	(710.621)
		<u>(249.300)</u>	<u>(248.990)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		661.147	451.738
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	22.a	(297.221)	(123.208)
Diferido	22.a	53.619	(32.732)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>417.545</u>	<u>295.798</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - MILHARES	24.a	<u>340.000</u>	<u>340.000</u>
LUCRO POR MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - R\$		<u>1.228,07</u>	<u>869,99</u>
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO			
ORDINÁRIA	25	1,18	0,83
PREFERENCIAL	25	1,29	0,92
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO			
ORDINÁRIA	25	1,18	0,83
PREFERENCIAL	25	1,29	0,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



MRS LOGÍSTICA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

Nota explicativa	Capital social	Destinação para aumento do capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
				Legal	Retenção para investimentos	Dividendos propostos	Total		
EM 1º DE JANEIRO DE 2015	1.275.538	117.416	7.809	210.555	1.182.419	53.973	1.446.947	-	2.847.730
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício								-	-
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego			803					295.798	295.798
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	803	-	-	-	-	-	803
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								295.798	295.798
Aumento de capital - RCA 18/03/2015	117.416	(117.416)			(35.982)		(35.982)		(35.982)
Dividendos extraordinários - AGE de 15/12/2015					(94.782)		(94.782)		-
Destinação do lucro líquido do exercício		94.782				(53.973)	(53.973)	(70.252)	(70.252)
Proposta da diretoria para destinação de reserva para aumento de capital									
Dividendos e juros sobre o capital próprio									
Dividendos adicionais propostos - AGO de 28/04/2015									
Dividendos propostos									
Transferência entre reservas									
. Reserva legal				14.790	210.756		14.790	(14.790)	-
. Retenção para investimentos								(210.756)	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	117.416	(22.634)	-	14.790	79.992	(53.973)	40.809	(295.798)	(160.207)
SALDO EM 31 DEZEMBRO DE 2015	<u>1.392.974</u>	<u>94.782</u>	<u>8.612</u>	<u>225.345</u>	<u>1.262.411</u>	<u>-</u>	<u>1.487.756</u>	<u>-</u>	<u>2.984.124</u>
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício								-	-
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego			306					417.545	417.545
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	306	-	-	-	-	-	306
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								417.545	417.545
Aumento de capital - RCA 18/03/2016	94.782	(94.782)							-
Destinação do lucro líquido do exercício		109.606			(109.606)		(109.606)		-
Proposta da diretoria para destinação de reserva para aumento de capital									
Dividendos e juros sobre o capital próprio									
Dividendos adicionais propostos						99.167	99.167	(99.167)	-
Dividendos propostos								(99.167)	(99.167)
Transferência entre reservas									
. Reserva legal				20.877	198.334		20.877	(20.877)	-
. Retenção para investimentos								(198.334)	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	94.782	14.824	-	20.877	88.728	99.167	208.772	(417.545)	(99.167)
SALDO EM 31 DEZEMBRO DE 2016	<u>1.487.756</u>	<u>109.606</u>	<u>8.918</u>	<u>246.222</u>	<u>1.351.139</u>	<u>99.167</u>	<u>1.606.528</u>	<u>-</u>	<u>3.302.808</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MRS LOGÍSTICA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do IRPJ e CSLL		661.147
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado		(14.317)
Depreciação e amortização	27	559.765
Variação monetária/cambial e encargos financeiros ativos e passivos		298.674
Amortização adiantamento concessão e arrendamento	12 e 15	9.261
Valor residual do imobilizado baixado	14	22.715
Provisões	23	71.113
Amortização despesa antecipada	12	10.292
Provisão para perda de ativos	10, 11 e 14	(2.307)
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	7 e 9	(49.085)
Outros		(59)
Caixa líquido gerado pelas operações		<u>906.052</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	7 e 9	31.230
Créditos com partes relacionadas	8	(99.038)
Estoques	10	8.394
Impostos a recuperar	11	3.409
Despesas antecipadas	12	(31.947)
Outros ativos		(16.734)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Concessão e arrendamento a pagar	21	5.697
Fornecedores		(46.353)
Débitos com partes relacionadas	8	368
Obrigações fiscais	17	4.002
Obrigações sociais e trabalhistas	16	10.867
Provisões	24.f	(31)
Tributos sobre o lucro		(215.842)
Pagamento juros sobre empréstimos e financiamentos		(227.825)
Demais contas a pagar		(27.518)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>965.878</u>

MRS LOGÍSTICA S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(c)

	Nota explicativa	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições do imobilizado	14	(571.445)
Adições de intangível	15	(5.933)
Recursos provenientes da alienação de bens do ativo imobilizado		29.537
Caixa líquido atividades de investimento		<u>(547.841)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação empréstimos e financiamentos		29.938
Pagamento empréstimos e financiamentos		(609.264)
Debêntures - emissão		-
Pagamento de debêntures		(99.990)
Dividendos pagos		(70.247)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		<u>(749.563)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES		<u>(331.526)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial		627.625
Saldo final		296.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



2015

Reapresentado
Nota 2.2

451.738

(49)

515.408

340.893

9.261

11.325

125.602

8.690

25.841

-

999

1.037.970

(15.830)

13.338

(4.076)

(38.718)

(20.754)

232

4.746

1.054

14.286

1.177

(3.106)

464

(110.787)

(209.932)

(30.047)

1.091.755

(continua)

ontinuação)

2015

(783.522)
(10.085)
53

(793.554)

254.004
(327.049)
555.003
(193.746)
(179.873)

108.339

406.540

221.085
627.625



MRS LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITAS			
Vendas de serviços de frete	26	3.635.715	3.502.606
Outras receitas		306.569	148.154
Receitas de construção de ativos próprios		72.891	101.919
Provisão/reversão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		49.085	-
		<u>4.064.260</u>	<u>3.752.679</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos		(1.213.341)	(1.172.971)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(97.557)	(95.264)
Outros		(199.900)	(251.908)
		<u>(1.510.798)</u>	<u>(1.520.143)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>2.553.462</u>	<u>2.232.536</u>
RETENÇÕES			
Depreciação, amortização e exaustão	27	<u>(559.765)</u>	<u>(515.408)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>1.993.697</u>	<u>1.717.128</u>
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	29	<u>343.199</u>	<u>461.631</u>
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		<u>2.336.896</u>	<u>2.178.759</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (RECEBIDO)			
Pessoal e encargos		526.532	527.697
Impostos, taxas e contribuições		787.490	628.371
Remuneração de capitais de terceiros		605.329	726.893
Remuneração de capitais próprios		417.545	295.798
Dividendos	20	99.167	70.252
Lucros retidos		318.378	225.546
		<u>2.336.896</u>	<u>2.178.759</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. Informações gerais

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva da Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2016, a MRS estava em dia com o cumprimento das metas citadas acima.

A Administração da Companhia informa que parte relevante do capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2016 refere-se a vencimentos de dívida concentrados no segundo semestre de 2017. Entende, ainda, que este cenário será administrado ao longo do ano em função da forte geração de caixa oriunda de suas atividades operacionais, bem como mediante novas captações de recursos de longo prazo, via instituições financeiras ou mercado de capitais local, já previstas pela Companhia, conforme melhor detalhado na Nota 19.

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2017.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação das demonstrações contábeis

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo que determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) estão mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa 3.

2.2 Reapresentação das cifras comparativas**(a) Correção de erros**

Em 2016, foram efetuadas alterações na demonstração dos fluxos de caixa, visando uma melhor apresentação de acordo com a norma contábil "CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa", conforme elencado a seguir:

- Alteração do critério de saldo de partida do Lucro líquido do exercício para o Lucro antes dos impostos com consequente adequação dos efeitos do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social (CSLL) corrente e diferido;
- Ajuste da linha de fornecedores desconsiderando como atividade de investimento os valores ainda não pagos referentes à compra de imobilizado, e;
- Apresentação dos recursos provenientes da alienação de bens do ativo imobilizado nas atividades de investimento.

A demonstração dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2015, apresentada para fins de comparação, foi ajustada e está sendo reapresentada.

(b) Efeitos da reapresentação

	31 de dezembro de 2015		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	1.159.949	(68.194)	1.091.755
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(861.748)	68.194	(793.554)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	108.339	-	108.339
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	406.540	-	406.540

2.3 Apresentação de informações por segmentos

Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua "a moeda funcional". Desta forma, as demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, bem como outros ganhos e perdas cambiais, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação e mensuração inicial

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem contas a receber, partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, além dos ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para instrumentos que sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

2.6.2 Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende da classificação, que pode ser da seguinte forma:

(i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Após reconhecimento inicial os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de contabilidade de *hedge* definidos pelo CPC 38.

(ii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem Contas a receber de clientes e Partes relacionadas, Outros recebíveis, Caixa e equivalentes de caixa e Caixa restrito.

Estas contas a receber, normalmente, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos sem perspectiva de recebimento.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de que se tenha incorrido em perda no valor recuperável.

A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de perda no valor recuperável de um ativo financeiro utilizando os seguintes critérios:

- dificuldade financeira do emissor ou tomador;
- quebra de contrato, tal como descumprimento ou atraso nos pagamentos;
- probabilidade do devedor entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira.

O valor da perda por *impairment* corresponde à diferença entre a quantia contabilizada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. O montante da perda é reconhecido no resultado do exercício.

Se em período posterior, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda do valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A partir de 1º de abril de 2016, a Companhia optou por aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) para um determinado *swap* que protege uma dívida em dólar com juros fixos, de acordo com estratégia de Gestão de Riscos e de contratação de *Hedges*.

A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *Hedge* de Valor Justo após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*.

A partir da designação do *swap* para *Hedge* de Valor Justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no Resultado Financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no Passivo como contrapartida no Resultado Financeiro.

2.8 Contas a receber de clientes e partes relacionadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de carga e partes relacionadas no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado, que não excede os valores líquidos de realização. Provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

2.10 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização,

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano. A parcela referente ao adiantamento da concessão é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação/amortização acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ao término da concessão, os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a concessão poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme previsão expressa na cláusula décima sexta do Contrato de concessão.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos. Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos são:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Grupos de ativos	%	Vida útil média (em anos)
Bens imóveis		
Benfeitorias em via permanente	9,09	11
Benfeitorias em imóveis arrendados	4,00	25
Locomotivas		
Locomotivas diesel	3,33	30
Locomotivas elétricas	4,17	24
Locomotivas usadas	8,33	12
Benfeitorias úteis em locomotivas	12,50	8
Vida útil média dos principais componentes	12,50	8
Vagões		
Vagões	3,33	30
Benfeitorias úteis em vagões	10,00	10
Vida útil média dos principais componentes	16,67	6
Outros		
Esmerilhadora, carro de controle, equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para avaliação dos ativos não financeiros é utilizada pela administração a metodologia da rentabilidade futura para a unidade geradora de caixa considerada, e assim determinar o valor em uso dos ativos da Companhia. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.13 Contas a pagar a fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Passivos financeiros

2.14.1 Classificação e mensuração inicial

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, debêntures e perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos.

2.14.2 Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

São classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de liquidação no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa definidos pelo CPC 38.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Outros passivos financeiros

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os “Outros passivos financeiros” da Companhia compreendem fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo do imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.17 Benefícios a empregados

Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia concede também benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

Benefício de curto prazo - participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

2.18 Arrendamentos mercantis

A Companhia classifica seus contratos como arrendamento mercantil financeiro ou operacional com base na essência da operação contratada, que leva em consideração de quem são os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens objetos do contrato, ao longo de sua vida útil.

Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo ou despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.19 Arrendamentos e concessões

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente dos contratos de concessão e arrendamento. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão,

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a Companhia e seus clientes.

2.20 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.

2.21 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receitas:

Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas são transportadas, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros e variações monetárias e cambiais sobre aplicações financeiras, adiantamentos a fornecedores, contas a receber de clientes e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

2.22 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A.s somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outras provisões de créditos fiscais

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo e nível prováveis de lucros tributáveis futuros.

(b) Benefícios pós emprego

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

O plano de previdência complementar é de contribuição definida o qual não requer premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(d) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, as mesmas são ajustadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(e) Cálculo da depreciação, amortização e avaliação de *impairment* do ativo imobilizado e intangível

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizado incluem as estimativas da vida útil econômica dos principais ativos da Companhia, a qual é revisada periodicamente.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizado. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

4. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada dessas normas não é permitida no Brasil pelo CPC.

- **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**, o objetivo deste pronunciamento é estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, partindo do princípio básico de que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e, embora não tenha concluído a avaliação detalhada dos seus efeitos, a Companhia não espera impactos significativos trazidos pela mesma.
- **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de *hedge*. A Companhia ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de *impairment* serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar possíveis reconhecimentos de perdas.

- **IFRS 16 - "Leases"**, essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. Ela entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Apesar dos impactos ainda não terem sido mensurados, a Companhia entende que essa nova norma trará efeitos relevantes na situação patrimonial com o possível reconhecimento do passivo de arrendamento e do direito de uso do ativos arrendados junto ao Poder Concedente, vide nota 21.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	23.530	2.127
Aplicações financeiras no país		
CDB	84.514	59.872
Operações compromissadas	188.055	565.626
	272.569	625.498
Caixa e equivalentes de caixa	2.5	627.625

As aplicações financeiras estão lastreadas em títulos emitidos por bancos no Brasil e possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira.

Essas aplicações são em CDB e operações compromissadas lastreadas em debêntures, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 100,00% e 102,80%.

A redução de R\$331.526, deve-se, basicamente, ao menor volume de captações no exercício, bem como ao maior volume de amortizações, incluindo a liquidação da dívida em dólar americano.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras está descrito na Nota 19.

6. Caixa restrito

O caixa restrito refere-se à aplicação financeira vinculada a parcela de curto prazo dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), relativos ao Financiamento a Empreendimentos (FINEM) e ao Documento de Utilização do Limite de Crédito (DULC), sendo parte da garantia da operação.

Esta aplicação, no montante de R\$49.065 (R\$43.850 em 2015), está lastreada em debêntures (operação compromissada realizada com bancos no Brasil) com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

7. Contas a receber de clientes

		2016	2015
Cientes no país	(a)	29.825	75.039
Provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(b)	(1.106)	(51.793)
		28.719	23.246

- (a) Referem-se, basicamente, aos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem a receber de clientes que não são partes relacionadas.
- (b) Conforme foi publicado nas Demonstrações Contábeis de 2014, a Companhia provisionou a perda da totalidade do valor a receber da empresa MMX Sudeste Mineração S.A., referente ao faturamento de cargas de 2014 e *take or pay* de 2013. Em 2 de outubro de 2015 a Companhia publicou fato relevante informando que foi homologado, por tribunal arbitral, acordo referente ao litígio da Companhia com a MMX Sudeste Mineração S.A. – em recuperação judicial (“MMX Sudeste”) e com a MMX Mineração e Metálicos S.A (“MMX Metálicos”). O referido acordo foi habilitado na recuperação judicial da MMX Sudeste. Em 28 de outubro de 2016, a Companhia decidiu pela renúncia do direito ao recebimento de proporção de 49% da UPI Operação Minerária e dos *royalties* conforme estava previsto no plano de recuperação judicial, mantendo apenas o direito ao crédito do valor do Produto Líquido de Venda das UPI's. Adicionalmente, a Companhia informa que o valor referente ao Produto Líquido de Venda foi integralmente quitado em 9 de novembro de 2016 no valor de R\$21.628, mediante as decisões tomadas, as mesmas foram refletidas nas demonstrações contábeis de 2016 com a reversão da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD constituída em 2014, sendo parte com a quitação (recebimento) do valor de R\$21.628 e o restante sendo baixado como perda definitiva.

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, informados nesta Nota, são relativos a operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de penalidades por não execução dos volumes anuais programados, assim como ocorre com os demais clientes cativos.

Além dos contratos de serviços transporte ferroviário de carga, a Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas e manutenção em material rodante.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Ativo

	Contas a receber	
	2016	2015
Vale S.A.	66.000	90.882
Companhia Siderúrgica Nacional	25.842	27.185
Mineração Usiminas S.A. (a)	186.178	31.908
Nacional Minérios S.A. (b)	-	3.831
CSN Mineração S.A. (b)	9.935	16.701
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	3.859	20.927
Gerdau S.A.	105	2.875
Gerdau Açominas S.A.	2.329	3.462
Gerdau Aços Longos S.A.	258	992
Ferrovia Centro Atlântica (c)	4.241	946
	298.747	199.709
Circulante	144.115	199.709
Não Circulante	154.632	-

(a) Em 22 de janeiro de 2016, foi celebrado aditivo contratual entre a MRS, Mineração Usiminas S.A. "MUSA" e Usiminas através do qual as partes suspenderam por tempo indeterminado a execução dos contratos de transporte de minério de ferro. A MUSA assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados em expansão de capacidade para atendimento à demanda contratada a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos até então firmados. O valor será pago em 10 parcelas anuais de R\$31.546 perfazendo um total de R\$315.460, sem atualização. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$186.178 em 31 de dezembro de 2016 sendo, R\$31.546 no circulante e R\$154.632 no não circulante. Em janeiro de 2017, a Companhia recebeu o montante de R\$ 31.546.

(b) Vide Nota 24 (a).

(c) Do valor de R\$4.241, R\$2.843 refere-se a valores a receber a título de reembolso por investimento compartilhado em terminais ferroviários na Baixada Santista, conforme Termo de Compromisso nº 001/2016 celebrado entre a MRS, ALL -América Latina Logística Malha Paulista S.A. e Ferrovia Centro Atlântica S.A.

Conforme mencionado na Nota 18, a Companhia possui contrato de recebível com partes relacionadas dado como garantia a empréstimos.

O prazo médio de recebimento do contas a receber com partes relacionadas é inferior a 20 dias.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Passivo

	Passivo com partes relacionadas		Dividendos a pagar	
	2016	2015	2016	2015
Vale S.A.	-	14	10.364	7.342
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	-	-	33.338	23.617
Companhia Siderúrgica Nacional	1.245	18.024	18.722	13.263
CSN Mineração S.A.	93	-	18.733	5.873
Nacional Minérios S.A.	-	-	-	7.398
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	17	19	-	-
Gerdau S.A.	828	96	1.245	882
Gerdau Açominas S.A.	5	-	-	-
Usiminas Participações e Logística S.A.	-	-	10.580	7.495
Gerdau Aços Longos S.A.	77	599	-	-
Ferrovia Centro Atlântica (d)	17.069	214	-	-
Outros	-	-	6.279	4.528
	19.334	18.966	99.261	70.398
Circulante	3.031	18.966	99.261	70.398
Não Circulante	16.303	-	-	-

(d) O valor de R\$17.069 (R\$766 no passivo circulante e R\$16.303 no passivo não circulante) refere-se, basicamente, a valores a serem reembolsados à Ferrovia Centro Atlântica pela execução do Projeto das Linhas 7 e 9 do Pátio de Areais, conforme Termo de Compromisso nº 001/2015, firmado entre a MRS e a Ferrovia Centro Atlântica.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Resultado

	Receita de serviços (e)		Outras receitas operacionais		Receitas financeiras	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vale S.A. (f)	1.682.315	1.607.675	30.992	271	-	-
Companhia Siderúrgica Nacional (g)	243.070	673.489	16.325	4.680	1.040	344
Mineração Usiminas S.A. (h)	16.971	104.031	164.626	3	23.221	-
CSN Mineração S.A.	639.063	39.174	3.673	-	460	-
Nacional Minérios S.A.	-	98.814	-	1.425	-	247
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	114.231	117.858	-	195	-	-
Gerdau S.A.	1.230	4.065	1.048	597	2	-
Gerdau Açominas S.A.	106.635	81.203	1.436	198	21	-
Gerdau Aços Longos S.A.	8.247	18.194	11.665	14.589	15	-
Ferrovia Centro Atlântica	36.763	31.725	407	-	-	-
VLI Multimodal	772	1.543	19	-	-	-
Companhia Metalúrgica Prada	15	247	-	-	-	-
CSN Cimentos S.A.	-	10.639	-	95	-	-
Confab Industrial S.A.	110	679	-	-	-	-
Sepetiba Tecon S.A.	-	-	11	-	-	-
Usiminas Mecânica	-	-	2	-	-	-
					-	-
	2.849.422	2.789.336	230.204	22.053	24.759	591

(e) Apresentada bruta de impostos.

(f) Em outubro de 2016, a Companhia registrou em “Outras receitas operacionais” a realização de parte do contrato firmado com a Vale S.A. referente a venda de 23 locomotivas. Até 31 de dezembro de 2016 foram entregues 6 locomotivas, sendo que o valor desta venda foi de R\$29.515. O valor remanescente de R\$1.477 refere-se à venda de materiais para manutenção desses ativos.

(g) O valor de R\$17.365, contabilizado como “Outras receitas” e “Receitas financeiras”, é basicamente referente a indenização para compensação de investimentos realizados para atendimento à demanda contratada a fim de garantir o equilíbrio econômico do contrato.

(h) O valor de R\$187.847, contabilizado como “Outras receitas” (R\$164.626) e “Receitas financeiras” (R\$23.221), refere-se ao reconhecimento da suspensão do contrato mencionado na letra (a) desta mesma nota.

	Outras despesas operacionais	
	2016	2015
Vale S.A.	104	-
Companhia Siderúrgica Nacional	62	18.000
Gerdau Açominas S.A.	635	-
Gerdau Aços Longos S.A.	1.543	-
Ferrovia Centro Atlântica	7.250	6.517
Sepetiba Tecon S.A.	830	-
	10.424	24.517

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Pessoal chave da administração

A remuneração devida/paga ao pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, está demonstrada a seguir:

	2016	2015
<u>Benefícios de curto prazo</u>		
Honorários e encargos	5.602	5.019
Bônus	5.598	5.405
Outros benefícios	214	101
<u>Benefícios pós emprego</u>		
Planos de previdência	343	218
<u>Outros benefícios de longo prazo</u>		
Incentivos de longo prazo	11.655	6.349
	23.412	17.092

9. Outras contas a receber

		2016	2015
Valores a receber concessão e arrendamento	(a)	49.390	42.724
Títulos precatórios	(b)	5.988	5.988
Redução ao valor recuperável de títulos precatórios	(b)	(5.988)	(1.796)
Demais contas a receber	(c)	11.059	3.933
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(d)	(1.602)	-
		58.847	50.849
Circulante		8.879	3.222
Não Circulante		49.968	47.627

- (a) Os valores a receber de concessão e arrendamento contabilizados no ativo não circulante correspondem ao registro decorrente de sentença favorável em processo envolvendo o Poder Concedente sobre valores pagos a maior nas atualizações das parcelas trimestrais da concessão e arrendamento do período de outubro de 1997 a abril de 2001 (variação IGP-DI acumulada *versus* variação IGP-DI mensal). Confirmada em sede de recurso, conforme certidão de trânsito em julgado emitida em 08 de agosto de 2013, pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1254786/RJ. Em junho de 2014, foi proferida decisão favorável à MRS, por meio do qual o Juiz da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro determinou a compensação do valor incontroverso, no montante de R\$17.331, com a parcela do arrendamento e concessão que venceu em julho de 2014 (vide Nota 21 das Demonstrações Contábeis de 2014). O processo encontra-se em fase de liquidação da condenação da União, tendo sido publicada decisão em outubro de 2015, nomeando perito e intimando as partes a apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos. Em janeiro de 2016, a União foi intimada da decisão que negou provimento ao seu recurso de embargos de declaração contra a decisão que determinou a realização da perícia, estando pendente de exame pelo TRF/2 recurso interposto pela União contra decisão que determinou a realização da perícia para apuração da existência de valor remanescente a ser

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

compensado pela MRS.

- (b) Refere-se ao saldo restante dos precatórios adquiridos pela Companhia em 2010 e utilizados em março de 2011 para quitar débitos à vista de ICMS RJ, deduzida da redução ao valor recuperável que no exercício de 2015 correspondia a 30% do saldo de precatórios. Em 2016, a Companhia reavaliou a recuperabilidade desses títulos e provisionou a perda da totalidade do saldo restante, incrementando a provisão em R\$4.192 (R\$1.796 em 2015).
- (c) Referem-se a valores a receber decorrentes de restituição de contribuição previdenciária sobre o contrato de seguro saúde, de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis e outros valores não relacionados ao serviço de frete ferroviário.
- (d) Refere-se a constituição de perda estimada em crédito de liquidação duvidosa, relacionada aos clientes com processos judiciais em trâmite para recebimento dos créditos vencidos.

10. Estoques

		2016	2015
Materiais de manutenção	(a)	85.813	93.001
Materiais em processo de recuperação	(b)	1.269	5.973
Importações em andamento		1.025	411
Combustíveis		8.998	6.846
Outros		1.537	805
Provisão para perdas por obsolescência	(c)	(6.736)	(5.680)
		91.906	101.356

- (a) Referem-se aos materiais que serão utilizados em serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente.
- (b) Referem-se aos materiais de manutenção que serão recuperados a fim de serem utilizados novamente nos ativos da Companhia.
- (c) Referem-se a provisão para perda de determinados materiais de manutenção considerados obsoletos ou de baixa rotatividade.

11. Tributos a recuperar

		2016	2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	(a)	90.660	86.527
(-) Provisão para perda de ICMS	(a)	(31.100)	(27.034)
PIS/COFINS a recuperar	(b)	57.742	64.011
Imposto de renda retido na fonte	(c)	49.322	50.229
IRPJ/CSLL a compensar		511	511
Outros		225	590
		167.360	174.834
Circulante		107.852	91.582
Não circulante		59.508	83.252

- (a) Referem-se, principalmente, aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis.
- (b) Referem-se, principalmente, aos créditos de bens do ativo fixo que se recuperam em 48 parcelas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

- (c) Referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e sobre ganhos nas operações de derivativos - *swap*. Como os rendimentos são tributados apenas no resgate das aplicações e na liquidação dos *swaps*, este valor inclui a provisão de IR fonte dessas operações.

A composição dos créditos de ICMS nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, registrados no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Composição créditos ICMS - circulante		
ICMS - RJ	32.563	19.542
ICMS - SP	12.206	12.015
Total circulante	44.769	31.557

O saldo credor de R\$44.769 será utilizado no exercício de 2017.

12. Despesas antecipadas

		2016	2015
Adiantamento arrendamento	(a)	165.115	163.457
Seguros	(b)	11.858	2.143
Outras despesas antecipadas		7.815	6.351
		184.788	171.951
Circulante		24.699	15.419
Não circulante		160.089	156.532

- (a) Os adiantamentos por arrendamento são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias. No ano de 2016 o valor amortizado de arrendamento foi de R\$8.817 (R\$8.817 em 2015). Os detalhes da operação estão descritos na Nota 21.

- (b) Referem-se a pagamentos antecipados de seguros e demais obrigações pagas antecipadamente. O aumento de R\$9.715 deve-se principalmente a renovação da apólice de seguro de risco operacional com vencimento em 31 de março de 2018.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

13. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

		2016	2015
Depósitos judiciais	(a)	88.307	61.603
Adiantamentos a terceiros	(b)	7.452	6.853
Investimento audiovisual	(c)	551	1.422
		96.310	69.878
Circulante		7.452	6.854
Não circulante		88.858	63.024

- (a) Referem-se a depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir interposição de recurso, nos termos da lei. Os mesmos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. A distribuição está descrita na Nota 23.1.
- (b) Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores e colaboradores como adiantamento de férias, empréstimo de férias e outros adiantamentos.
- (c) Representam os investimentos realizados para produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, de acordo com a Lei nº 8.685/93. Os investimentos audiovisuais estão sendo amortizados pelo prazo de cada obra cinematográfica.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

14. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	2016						2015
	Benfeitorias imóveis de terceiros	Locomotivas	Vagões	Imobilizado em curso	Outros	Total	Total
Custo							
Em 1º de janeiro	3.428.265	2.561.030	2.266.756	483.871	561.810	9.301.732	8.492.691
Adições	-	-	-	607.937	-	607.937	851.663
Transferências / Reclassificações	442.121	75.660	87.821	(637.353)	31.751	-	-
Reversão (provisão) doação	12.852	-	(494)	-	-	12.358	(6.701)
Baixas	(12.949)	(31.778)	(5.937)	(3.521)	(4.991)	(59.176)	(35.921)
Em 31 de dezembro	3.870.289	2.604.912	2.348.146	450.934	588.570	9.862.851	9.301.732
Depreciação							
Em 1º de janeiro	(1.114.420)	(1.025.884)	(748.138)	-	(266.333)	(3.154.775)	(2.676.962)
Adições	(243.687)	(129.392)	(127.652)	-	(49.945)	(550.676)	(502.405)
Baixas	200	16.081	2.099	-	3.732	22.112	24.592
Em 31 de dezembro	(1.357.907)	(1.139.195)	(873.691)	-	(312.546)	(3.683.339)	(3.154.775)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro	2.512.382	1.465.717	1.474.455	450.934	276.024	6.179.512	6.146.957

A movimentação do imobilizado de 2015 encontra-se publicada na Nota 14 das demonstrações contábeis de 2015.

Reversão de provisão

O valor de R\$12.852 refere-se a reversão da provisão para doação de bens imóveis constituída em 2015, cujas doações foram efetuadas em 2016.

Baixas

No dia 14 de outubro de 2016 a MRS celebrou contrato de venda de 23 locomotivas modelo GE Dash-9 e peças para a Vale S.A., deste total, 6 (seis) foram baixadas e entregues à Vale S.A. em 2016, causando um efeito negativo de R\$15.191 no imobilizado. As outras 17 locomotivas serão entregues em 2017.

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no ano de 2016 foi R\$29 (R\$280 em 2015). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 10,5% ao ano (10,6% no ano de 2015), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.

Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, como também na compra de locomotivas e vagões

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

que são transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

Revisão de vida útil

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus principais ativos. Desta forma, conforme laudo técnico emitido pela EY CT Valuation, bem como publicação no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2016, a partir de janeiro de 2017 a vida útil de alguns ativos e componentes serão alteradas conforme tabela abaixo:

Grupos de ativos	2016		2015	
	%	Anos	%	Anos
Bens imóveis				
Benfeitorias em via permanente	9,09	11	8,33	12
Locomotivas				
Locomotivas diesel	3,33	30	4,17	24
Vagões				
Tempo médio de vida útil dos componentes	16,67	6	20,00	5

As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos aplicadas no ano de 2016 estão demonstradas na Nota 2.11.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos, o valor líquido contábil desses ativos é de R\$2.446.023 (R\$2.527.986 em 2015).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

15. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	2016				2015
	Adiantamento Concessão	Sistemas informatizados e software	Projetos em andamento	Total	Total
Custo					
Em 1º de janeiro	16.834	196.882	5.487	219.203	209.118
Adições	551	-	5.382	5.933	10.085
Transferências	-	3.918	(3.918)	-	-
Provisão para baixa de ativos	-	(546)	-	(546)	-
No final do período	17.385	200.254	6.951	224.590	219.203
Amortização					
Em 1º de janeiro	(8.482)	(167.641)	-	(176.123)	(159.669)
Adições	(444)	(12.093)	-	(12.537)	(16.454)
No final do período	(8.926)	(179.734)	-	(188.660)	(176.123)
No final do período	8.459	20.520	6.951	35.930	43.080

A movimentação do intangível de 2015 encontra-se publicada na Nota 15 das demonstrações contábeis de 2015.

A parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	2016	2015
PPR – Plano de Participação nos Resultados / Bônus	67.303	65.099
Provisão para férias e 13º salário	30.023	30.148
Salários a pagar	27.423	15.223
INSS	13.349	17.483
FGTS	5.500	5.355
IRRF a pagar	3.379	2.323
Outros	12.692	13.171
	159.669	148.802

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

17. Obrigações fiscais

	2016	2015
Imposto de renda	102.442	30.240
Contribuição social	24.425	15.248
ICMS	2.785	2.775
COFINS	14.287	10.353
PIS	2.752	2.178
Outros	3.918	4.434
	150.609	65.228

18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

		2016	2015
<u>Moeda nacional</u>			
BNDES:		1.322.467	1.633.498
FINEM	(a)	763.937	910.320
DULC	(b)	361.424	432.211
FINAME	(c)	197.106	290.967
BDMG	(d)	15.860	24.968
FINEP	(e)	5.397	8.635
Instrumentos financeiros derivativos - swap	19	24.877	34.932
		<u>1.368.601</u>	<u>1.702.033</u>
Custos da transação		<u>(2.037)</u>	<u>(2.373)</u>
		<u>1.366.564</u>	<u>1.699.660</u>
<u>Moeda estrangeira</u>			
Banco de Tokyo	(f)	244.682	586.490
Ajuste de hedge de valor justo - Banco de Tokyo	19	(721)	-
Ex-Im	(g)	63.456	109.809
		<u>307.417</u>	<u>696.299</u>
Custos da transação		<u>(590)</u>	<u>(1.149)</u>
		<u>306.827</u>	<u>695.150</u>
<u>Debêntures</u>			
5ª Emissão	(h)	214.721	319.738
6ª Emissão		302.617	302.362
7ª Emissão		673.063	631.258
		<u>1.190.401</u>	<u>1.253.358</u>
Custos da transação		<u>(34.261)</u>	<u>(8.973)</u>
		<u>1.156.140</u>	<u>1.244.385</u>
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>			
Equipamentos de informática	(i)	317	-
		<u>317</u>	<u>-</u>
Total de empréstimos e financiamentos + custo da transação		<u>2.829.848</u>	<u>3.639.195</u>
Circulante		653.491	876.843
Não circulante		2.176.357	2.762.352

(a) As operações de FINEM, contratadas junto ao BNDES, possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais “spread” até 3,41% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos serão utilizados para cobrir gastos que

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- visam a redução do número de acidentes, a melhoria do ciclo operacional e a aquisição de material rodante, além da construção de passarelas, viadutos e passagens inferiores e projetos sociais. Durante o ano de 2016 ocorreram novas captações que totalizam um montante de R\$733. O prazo final de amortização do contrato é 15 de junho de 2024. Essas operações têm como garantia recebíveis de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, alienação fiduciária dos bens financiados, direitos emergentes e aplicação financeira vinculada no valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.
- (b) O DULC, operação direta com o BNDES, possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a encargos de TJLP mais “spread” de até 2,06% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de expansão da via permanente, de modernização e recuperação de ativos, de confiabilidade de infraestrutura, além de compras de locomotivas e projetos sociais. Durante o ano de 2016 ocorreram novas captações totalizando um montante de R\$22.169. O prazo final de amortização do contrato é 15 de junho de 2023. A garantia deste contrato é composta por recebíveis de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, direitos emergentes da concessão e aplicação financeira vinculada correspondente ao valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.
- (c) Os FINAME’s, financiamentos com recursos do BNDES, possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e referem-se a operação para compra de vagões e locomotivas, sujeitas a encargos de TJLP mais “spread”, equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 10,0% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Durante o ano de 2016 ocorreram novas captações que totalizam um montante de R\$6.719. O prazo final de amortização do contrato é 15 de janeiro de 2021. Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados.
- (d) O financiamento junto ao BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - possui uma correção igual ao IPCA mais taxa fixa de 5,76% ao ano, tem por finalidade a aquisição de equipamentos para modernização da malha ferroviária. O saldo de 2016 é referente à liberação da primeira parcela do empréstimo no valor de R\$40.000 em 2011. Este contrato tem como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização é 24 de dezembro de 2018. A outra tranche, que era a indexada à taxa SELIC meta mais taxa fixa de 2,00% ao ano, se encerrou em dezembro de 2016.
- (e) O empréstimo junto à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 5,00% ao ano. O objetivo da operação foi financiar o projeto, cujo foco é o desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis para produção e utilização de dormentes. Este contrato tem como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização é 15 de agosto de 2018.
- (f) O financiamento junto ao Banco de Tokyo possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 3,05% ao ano. Contratado e desembolsado em setembro de 2013, esta operação em moeda estrangeira teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia para os crescentes investimentos realizados, bem como liquidar antecipadamente, em setembro de 2013, uma captação via NCE (Nota de Crédito à Exportação), com o intuito de alongar o prazo da dívida e suavizar o fluxo de amortização futuro da Companhia. A Companhia não constituiu garantia para este contrato e o prazo final de amortização é 18 de março de 2019. O outro financiamento contratado junto ao Banco de Tokyo, desembolsado em dezembro de 2011, foi liquidado em dezembro de 2016.
- (g) O financiamento junto ao *US Export-Import Bank* (Ex-Im), está sujeito à taxa fixa nominal

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

de 3,30% ao ano. Contratado em março de 2009 e desembolsado em abril do mesmo ano, esta operação teve como objetivo a compra de 38 locomotivas novas, as quais constituem a própria garantia do contrato. O prazo final de amortização é 25 de março de 2019.

(h) Debêntures:

- **5ª Emissão**

Em 18 de julho de 2012, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida da Companhia. As debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI acrescida de sobretaxa equivalente a 0,9%, definida após o processo de *Bookbuilding*, sendo juros pagos semestralmente durante todo período da emissão e com amortização anual no 4º, 5º e 6º ano. No dia 11 de abril de 2016, a Assembléia Geral de Debenturistas da 5ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela alteração do atual item "XVIII" da cláusula 6.1.2 para seguinte forma: " (xviii) rebaixamento na classificação de risco da Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures, para *rating* "A-" ou inferior (escala nacional), atribuída pela *Standard and Poor's*, exceto se aprovado por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembléia, ficando assegurado ao debenturista, que tiver votado favoravelmente à declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o direito de ter suas Debêntures resgatadas pela Emissora em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de conhecimento do evento;" e pela repactuação da taxa de juros de variação do CDI + 0,90% para variação do CDI + 2,50%, desde 20 de abril de 2016 até a data de vencimento da emissão. O prazo final de amortização desse contrato é 18 de julho de 2018.

- **6ª Emissão**

Em 10 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures com as mesmas características e condições da 5ª emissão. Ademais, no dia 11 de abril de 2016, a Assembléia Geral de Debenturistas da 6ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela alteração do atual item "XIV" da cláusula 7.1. da Escritura de Emissão para seguinte forma: "XIII. rebaixamento na classificação de risco da Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures, para *rating* "A-" (escala nacional) ou inferior, atribuída pela Agência de Classificação de Risco, exceto se aprovado por Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas;" e pela repactuação da taxa de juros de variação do CDI + 0,90% para variação do CDI + 2,90%, desde 20 de abril de 2016 até a data de vencimento da emissão. O prazo final de amortização do contrato é 10 de dezembro de 2019.

- **7ª Emissão**

Em 15 de fevereiro de 2015, a Companhia emitiu R\$550.726 em debêntures, sendo R\$336.340 relativos à 1ª série da emissão e R\$214.386 relativos à 2ª série da emissão. Devido à correção do valor da emissão prevista na escritura entre a data de emissão e a data de liquidação o total desembolsado foi de R\$555.003.

A emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 550.726 debêntures simples não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com o valor unitário de R\$1. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados integralmente para financiar os projetos de revitalização da via permanente e expansão do projeto de comunicação CBTC (*Communication Based Train Control*), aprovados e considerados prioritários pelo Ministério dos Transportes, razão pela qual as debêntures contam com benefícios de isenção

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

tributária de acordo com a Lei nº 12.431.

No dia 06 de abril de 2016, a Assembléia Geral de Debenturistas da 7ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela renúncia da hipótese das Debêntures virem a ter sua classificação de risco rebaixada em dois *notches*, em relação à classificação de risco das Debêntures na data de emissão, até a data de 15 de fevereiro de 2024 e pelo pagamento de prêmio (*flat*), incidente sobre o valor nominal unitário devidamente atualizado, equivalente a 4,35% para as Debêntures da 1ª Série e 5,35% para as debêntures da 2ª Série. Os prêmios foram pagos no dia 15 de abril de 2016, com base no valor nominal unitário atualizado do dia 14 de abril de 2016.

A primeira série dessa emissão vencerá em 7 anos e está sujeita a uma taxa de IPCA + 5,9828% ao ano. Já a segunda série da emissão vencerá em 10 anos e a sua taxa de juros é de IPCA + 6,4277% ao ano.

Todas as debêntures emitidas possuem garantias quirografárias.

(i) Arrendamento Mercantil financeiro:

O contrato de arrendamento assinado em outubro de 2016 e classificado como financeiro está relacionado com a compra de equipamentos de infraestrutura de *Data Center*. O referido contrato de arrendamento financeiro possui opção de compra ao término de sua vigência.

	2016			2015
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	329	-	329	-
	329	-	329	-

O valor presente e futuros pagamentos mínimos:

Anos	Valor Presente	Valor futuro
2017	155	189
2018 a 2022	162	173
Após 2022	-	-
	317	362



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

	2018	2019	2020	Após 2020	Total
FINAME	59.536	37.036	3.450	2.503	102.525
DULC	101.508	58.337	32.479	66.504	258.828
FINEM	149.645	149.645	142.443	171.339	613.072
Debêntures	200.021	100.000	-	638.557	938.578
BDMG	7.919	-	-	-	7.919
FINEP	2.154	-	-	-	2.154
Banco de Tokyo	165.569	82.784	-	-	248.353
Ex-Im	28.193	7.048	-	-	35.241
Arrendamento Financeiro	162	-	-	-	162
	714.707	434.850	178.372	878.903	2.206.832

Em dezembro de 2016, os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Circulante	Longo prazo					Total
	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total	CP + LP
DULC	156	145	137	132	279	693	849
FINEM	250	243	237	232	214	926	1.176
FINAME	3	3	2	2	1	8	11
Debêntures	5.631	5.875	6.115	6.324	10.316	28.630	34.261
Ex-Im	373	191	27	-	-	218	591
	6.413	6.457	6.518	6.690	10.810	30.475	36.888

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o montante dos custos de transações incorrido em cada processo de captação foi:

	2016	2015
FINEM	733	192.920
(-) custos de captações	-	-
% custos/Valor captação	0,0%	-
DULC	22.169	61.084
(-) custos de captações	-	(673)
% custos/Valor captação	-	-1,10%
FINAME	6.719	-
(-) custos de captações	(7)	-
% custos/Valor captação	-0,1%	-
Debêntures 7ª emissão	-	555.003
(-) custos de captações	-	(8.614)
% custos/Valor captação	-	-1,55%
Debêntures 7ª emissão (<i>waiver fee</i>) (j)	-	-
(-) custos de captações	(29.568)	-

(j) Vide Nota 18 (h).

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros. As condições restritivas dos *covenants* permanecem inalteradas em relação a 2015 e todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. As debêntures emitidas pela Companhia também possuem cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros bem como manutenção de *rating* mínimo de classificação de risco atribuível pela *Standard and Poor's*, e todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2016.

19. Instrumentos financeiros**Operações com instrumentos financeiros**

O cálculo do valor justo de aplicações (Caixa, Equivalentes de caixa e Caixa restrito), é realizado da seguinte forma: para aplicações com carência inferior ou igual a 60 dias, considera-se o valor justo como sendo o próprio valor original. Caso a carência seja superior a 60 dias, calcula-se a rentabilidade pela taxa de juros contratada até o fim da carência, descontando-se, a seguir, por uma taxa mais elevada, equivalente a 110% da taxa contratada, o que representa uma penalidade pela eventual saída da aplicação no período de não liquidez.

Para os empréstimos e financiamentos que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública. Para os empréstimos e

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, que divergem dos seus valores justos:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	<u>307.417</u>	<u>308.517</u>	<u>696.299</u>	<u>699.992</u>
Total	<u>307.417</u>	<u>308.517</u>	<u>696.299</u>	<u>699.992</u>

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.

Classificação dos instrumentos financeiros

A seguir apresentamos os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizados pela Companhia e sua respectiva classificação.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2016				2015		
	Derivativos usados para <i>hedge</i>	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	296.099	296.099	7.834	619.791	627.625
Caixa restrito	-	-	49.065	49.065	-	43.850	43.850
Contas a receber	-	-	87.566	87.566	-	74.095	74.095
Partes relacionadas	-	-	298.747	298.747	-	199.709	199.709
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	85.522	-	-	85.522	269.633	-	269.633
Total	85.522	-	731.477	816.999	277.467	937.445	1.214.912

	2016				2015		
	Derivativos usados para <i>hedge</i>	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos							
Fornecedores	-	-	241.261	241.261	-	251.222	251.222
Partes relacionadas	-	-	19.334	19.334	-	18.966	18.966
Empréstimos e financiamentos em R\$	-	-	1.343.724	1.343.724	-	1.667.101	1.667.101
Empréstimos e financiamentos em USD	-	-	308.138	308.138	-	696.299	696.299
Debêntures	-	-	1.190.401	1.190.401	-	1.253.358	1.253.358
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	21.924	2.953	-	24.877	34.932	-	34.932
Ajuste em Hedge de Valor Justo - Banco de Tokyo	(721)	-	-	(721)	-	-	-
Total	21.203	2.953	3.102.858	3.127.014	34.932	3.886.946	3.921.878

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Embora as operações com derivativos tenham o propósito de proteger a Companhia da oscilação oriunda de sua exposição aos riscos de mercado, decidiu-se por não adotar a metodologia de contabilização de cobertura (*hedge accounting*) para a maioria das operações.

No entanto, conforme mencionado na Nota 2.7, desde 1º de abril de 2016 a Companhia optou por designar um *cross-currency swap* para *Hedge* de Valor Justo, protegendo assim o valor justo do objeto de *hedge*, que no caso é a dívida contratada junto ao Banco de Tokyo em

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

setembro de 2013. Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2016 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$60.645 (R\$234.701 em 2015), foram contabilizadas no resultado.

A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *Hedge* de Valor Justo após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*.

A partir da designação do *swap* para *Hedge* de Valor Justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

	Objeto de Hedge de valor justo	
	2016	2015
Dívida	244.682	293.183
Ajuste de Hedge de Valor Justo	(721)	-
Impacto no Resultado Financeiro		
	2016	2015
<u>Receita financeira</u>		
Ajuste de Hedge de Valor Justo	1.921	-
<u>Despesa financeira</u>		
Ajuste de Hedge de Valor Justo	(1.200)	-
Resultado financeiro líquido	721	-

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativo designado para Hedge de Valor Justo	Valor de referência (nacional)	Valor justo
<u>Tipo de contrato</u>	<u>2016</u>	<u>2016</u>
Contratos de <i>swap</i>		
Posição ativa		
Dólar Fixo (dólar fixo para real CDI)	169.680	247.595
Posição passiva		
Real CDI (dólar fixo para real CDI)	169.680	(172.774)
Total dos contratos de <i>swap</i>		<u>72.821</u>
Provisão de IR sobre ganhos <i>swap</i>		(11.223)
Total dos contratos de <i>swap</i> líquidos de IR		<u>63.598</u>
Classificados		
No ativo não circulante		85.522
No passivo circulante (Empréstimos e financiamentos)		<u>(21.924)</u>
		<u>63.598</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativos não designados Tipo de contrato	Valor de referência (nocional)		Valor justo	
	2016	2015	2016	2015
Contratos de <i>hedge</i>				
Posição ativa				
Dólar Fixo (dólar fixo para real CDI)	62.701	411.185	62.350	698.815
Posição passiva				
Real CDI (dólar fixo para real CDI)	62.701	411.185	(65.303)	(421.945)
Total dos contratos de <i>hedge</i>			<u>(2.953)</u>	<u>276.870</u>
Provisão de IR sobre ganhos <i>hedge</i>			-	(42.169)
Total dos contratos de <i>hedge</i> líquidos de IR			<u>(2.953)</u>	<u>234.701</u>
Classificados				
No ativo circulante			-	136.577
No ativo não circulante			-	133.056
No passivo circulante (Empréstimos e financiamentos)			<u>(2.953)</u>	<u>(34.932)</u>
			<u>(2.953)</u>	<u>234.701</u>

A Companhia conta apenas com instrumentos derivativos de *swap*. Para a ponta ativa do *swap*, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial correspondente ao prazo restante compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo é convertido pela taxa de câmbio atual.

Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI, calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual. Em seguida, desconta-se este resultado à taxa de 100% do CDI até a data atual.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Descrição	2016			2015		
	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos
Contratos de "swap"						
Posição ativa			Mar/17			Mar/16
Moeda estrangeira	232.381	309.945	Até	411.185	698.815	Até
Posição passiva			mar/19			mar/19
Taxas (pós)	232.381	238.077		411.185	421.945	

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional Contratado (USD)	Valor Justo 2016 (R\$) Ativa	Valor Justo 2016 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
Contratos de swap								
Santander	USD +	100%	28/set/16	26/jun/17	7.700	25.126	25.601	(475)
Itaú	2,07%a.a.	até	29/dez/16	25/set/17	3.900	12.672	12.681	(9)
Banco do Brasil	até	108%	27/jun/16	27/mar/17	7.450	24.552	27.021	(2.469)
Banco de Tokyo	3,49%a.a.	do CDI	18/set/13	15/mar/19	75.000	247.595	172.774	74.821
Total					94.050	309.945	238.077	71.868

(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$11.223, totalizando uma posição líquida de derivativos de R\$60.645.

19.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$60.645 em 31 de dezembro de 2016, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia. Durante o exercício de 2016, não ocorreram transferências entre os níveis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2016		2015	
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
Ativos (Passivos)				
Instrumentos financeiros derivativos ativos	85.522	2	269.633	2
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(24.877)	2	(34.932)	2
Caixa e equivalentes de caixa	296.099	2	627.625	2
Caixa restrito	49.065	2	43.850	2
Contas a receber	87.566	(*)	74.095	(*)
Partes relacionadas	298.747	(*)	199.709	(*)

(*) Para estes instrumentos financeiros não há classificação de nível na hierarquia do valor justo.

19.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de: (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos; e (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

19.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

19.4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição.

A Companhia possui passivos relevantes atrelados a taxas de juros locais pós-fixadas como CDI, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e IPCA.

Os riscos associados ao CDI, à TJLP e ao IPCA são avaliados por análise de sensibilidade, na qual as taxas são aumentadas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando a perspectiva de mercado para o fechamento de 2017, tendo como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil e a TJLP em 31 de dezembro de 2016.

Na tabela abaixo, é possível notar que, na data-base de 31 de dezembro de 2016, o aumento de 50% tanto do CDI quanto da TJLP (cenário II), representa uma perda inferior a 5% (5% em 2015) de aumento da Posição Passiva Líquida, aproximadamente, R\$60.350 (R\$74.700 em 2015), quando comparado ao cenário provável, motivo pelo qual a Companhia decidiu não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em milhões de reais

	Base 2016	Provável 2017	Cenário I	Cenário II
CDI	13,63%	11,44%	14,31%	17,17%
TJLP	7,50%	7,50%	9,38%	11,25%
IPCA	6,29%	4,87%	6,09%	7,31%
<u>Passivo</u>	1.973,1	2.100,7	2.140,1	2.179,5
Dívida em TJLP	528,8	536,4	545,8	555,3
Dívida em CDI	517,3	576,5	591,3	606,1
Dívida em IPCA	688,9	722,5	730,9	739,2
Ponta Passiva de Swap em CDI	238,1	265,3	272,1	278,9
<u>Ativo</u>	321,6	358,4	367,6	376,8
Aplicações	321,6	358,4	367,6	376,8
<u>Posição Líquida Descoberta</u>	1.651,5	1.742,3	1.772,5	1.802,7

	Valor contábil	
	2016	2015
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	-	-
Passivos financeiros	793.992	970.503
	793.992	970.503
Instrumentos de taxa pós fixada		
Ativos financeiros	345.164	671.475
Passivos financeiros	2.047.867	2.646.255
	2.393.031	3.317.730

(b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 2016 com variação negativa de 16,87% (47,01% em 2015).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2016	2015
Ativos em moeda estrangeira		
Importações em andamento	1.025	411
Adiantamento a fornecedores	-	82
Instrumentos financeiros de <i>swap</i>	309.945	698.815
	310.970	699.308
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(18.505)	(38.432)
Empréstimos e financiamentos	(307.417)	(696.299)
	(325.922)	(734.731)
Exposição líquida	(14.952)	(35.423)

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito dos derivativos mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2016 e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que resumiu-se à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2016 e os juros acumulados no período. Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio do final de 2017 divulgada no último Relatório Focus – Bacen anterior ao fechamento do exercício. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

As tabelas abaixo representam a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para os anos de 2016 e 2015, respectivamente.

Risco de apreciação do Dólar - 2017

	<i>R\$ milhões</i>		
Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge - Ponta Ativa de Swap</i>	21,0	82,7	165,5
Dívida em US\$	(20,8)	(82,1)	(164,1)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	0,2	0,6	1,4

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Exposição (R\$ milhões)	Exposição provável (R\$ milhões)	Real	Taxa esperada	Impacto	
					25%	50%
Ponta Ativa de <i>Swap</i> em Dólar	310	331	3,2591	3,48	4,35	5,22
Dívida em Dólar	(307)	(328)	3,2591	3,48	4,35	5,22

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

(c) Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	296.099	627.625
Caixa restrito	49.065	43.850
Contas a receber	87.566	74.095
Partes relacionadas	298.747	199.709
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	85.522	269.633
Total	816.999	1.214.912

(i) Contas a receber

A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (Nota 8), representando, em 31 de dezembro de 2016, 77,33% do contas a receber total (72,94% em 2015).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas “cativas” e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não “cativas”, a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar na suspensão temporária da prestação do serviço.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro de 2016, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$296.099 (R\$627.625 em 2015), que estavam alocados em conta corrente ou em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(d) Risco de liquidez

A operação da Companhia é intensa em capital e parte desse investimento é financiado por empréstimos e financiamentos. Esta alavancagem, conforme demonstrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa, sendo certo que o investimento da Companhia possui elevada resiliência, ou seja, sendo possível ajustá-lo ao longo do exercício conforme a evolução dos negócios.

A posição atual de caixa da Companhia é considerada robusta e conta, ao longo do ano de 2017, com o reforço tanto da forte geração de caixa, quanto por novas captações de longo prazo via mercado financeiro e BNDES, estando estes movimentos já direcionados internamente e estrategicamente distribuídos tanto no primeiro como no segundo semestre de 2017. Tais recursos farão frente a parte do montante estimado de investimentos para o ano.

A Companhia conta, atualmente, com linhas de financiamento de longo prazo já aprovadas junto a instituições financeiras relevantes. Entretanto, em virtude de posição de caixa considerada confortável e resiliente geração de caixa, a Administração avalia internamente o melhor momento para tais captações.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Fluxo de Caixa Esperado						
	2016	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos (Ativos) financeiros não derivativos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	2.791.025	193.624	390.731	714.558	943.522	548.590
Passivos (Ativos) financeiros derivativos						
Swaps utilizados para hedge (USD)	(60.645)	2.944	10.971	10.962	(85.522)	-
Fluxo de Caixa Esperado						
	2015	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos (Ativos) financeiros não derivativos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	3.558.432	196.404	589.566	582.881	742.899	1.446.682
Passivos (Ativos) financeiros derivativos						
Swaps utilizados para hedge (USD)	(234.701)	(1.401)	(132.702)	-	-	(100.598)

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na Nota 18. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado***Gestão do capital*

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do exercício é apresentada a seguir:

	2016	2015
Total do passivo	4.269.997	4.938.844
(-) Caixa e equivalente de caixa	296.099	627.625
(-) Caixa restrito	49.065	43.850
Dívida líquida	3.924.833	4.267.369
 Total do patrimônio líquido	 3.302.808	 2.984.124
Relação da dívida sobre o capital	1,1883	1,4300

20. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	417.545	295.798
Apropriação para reserva legal	(20.877)	(14.790)
Lucro líquido base para determinação do dividendo	396.668	281.008
 Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	 99.167	 70.252
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	94	146
Total dos dividendos a pagar	99.261	70.398

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

21. Concessão e arrendamento a pagar

	2016	2015
Concessão a pagar	6.810	6.525
Arrendamento a pagar	129.381	123.969
	136.191	130.494
Circulante	67.803	61.785
Não circulante	68.388	68.709

Referem-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento incorridos até esta data. As obrigações do passivo circulante são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

Os contratos de concessão e arrendamento têm natureza executória e prevêem que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento da malha e dos bens destinados à prestação desses serviços, a Companhia pagará o total em 116 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2016 restavam 39 parcelas trimestrais de R\$84.269, totalizando o montante de R\$3.286.491. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2016, com base no último índice contratual, IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

O fluxo de pagamentos futuros de concessão e arrendamento é como segue:

	2017	Em até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Concessão	16.852	84.260	63.195	164.307
Arrendamento	320.224	1.601.120	1.200.840	3.122.184
	337.076	1.685.380	1.264.035	3.286.491

Em janeiro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento da 78ª parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$84.269 (R\$80.056 e R\$4.213, respectivamente).

22. Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	661.147	451.738
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:	224.790	153.591
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	18.812	2.349
Ajuste de estoque	4.910	(167)
Despesas com doações	4.374	352
Perda com investimento audiovisual	296	355
Despesa com projeto empresa cidadã	337	123
Bônus da diretoria executiva	2.435	1.736
Incentivos fiscais (PAT, Rouanet, FIA, Esporte e Audiovisual)	(11.716)	(5.166)
Baixa de títulos indedutíveis	14.419	-
Outros	3.757	5.116
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	243.602	155.940
Corrente	297.221	123.208
Diferido	(53.619)	32.732
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	243.602	155.940
Alíquota fiscal efetiva total	36,85%	34,52%
Alíquota fiscal efetiva total – correntes	44,96%	27,27%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos	-8,11%	7,25%

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Ativo		
Provisão contingências	105.952	83.287
Provisões diversas	22.577	47.101
Provisão perda ativos	6.000	8.280
Provisão perda ICMS	10.574	9.192
Passivo plano de saúde	1.088	863
Outros	86	113
Total ativo	146.277	148.836
Passivo		
Depreciação	245.589	230.874
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	109.374	105.427
Capitalização de juros	26.483	29.079
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	23.711	93.554
P&D depreciação acelerada 2008 / 2009 / 2012 Lei 11.196/05	7.561	9.923
Ganho passivo atuarial plano de saúde	3.348	3.685
Outros	396	435
Total passivo	416.462	472.977
Total líquido	270.185	324.141

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

O valor de R\$416.462 (R\$472.977 em 2015) referente ao passivo diferido contempla a parcela de desconstituição (amortização) dos ajustes decorrentes do RTT – Regime Tributário de Transição. Em virtude desses ajustes a Companhia constituiu IRPJ/CSLL diferido das diferenças entre o resultado societário e fiscal, no valor de R\$241.001, o qual está sendo desconstituído pelo prazo remanescente do contrato de concessão conforme regras prescritas nos artigos 69 da Lei 12.793/14 e 174 da Instrução Normativa RFB nº 1515/14.

O valor amortizado em 2016 foi de R\$20.224 (R\$20.224 em 2015), perfazendo um saldo de R\$200.553 em dezembro de 2016 (R\$220.777 em 2015).

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2016	2015
Em 1º Janeiro	324.141	291.747
Provisão contingências	(22.665)	(40.492)
Provisões diversas	24.524	(11.025)
Provisão plano de saúde	(225)	24
Provisão perda ativos	2.280	(1.640)
Provisão perda ICMS	(1.382)	(7.297)
Depreciação	14.715	25.836
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	3.947	9.002
Capitalização de juros	(2.596)	(2.511)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	(69.843)	63.131
Ganho passivo atuarial plano de saúde	(337)	(338)
P&D depreciação acelerada 2008/2009/2012 Lei 11.196/05	(2.362)	(2.268)
Outros	(12)	(28)
Em 31 de Dezembro	270.185	324.141

23. Provisões

As provisões estão compostas da seguinte forma:

		2016	2015
Provisões para contingências	23.1	311.623	244.961
Provisões para benefícios pós emprego	23.2	3.616	3.320
Provisão ILP (Incentivos de Longo Prazo)		11.656	6.214
Provisões para acidentes ferroviários		1.779	3.434
Outras provisões		18.657	18.289
		347.331	276.218
Circulante		24.664	23.488
Não circulante		322.667	252.730

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

23.1 Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas estão registradas no passivo não circulante e estão compostas como segue:

	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total de passivos provisionados
Em 31 de dezembro de 2014	90.090	35.778	-	125.868
Adições	29.271	37.376	108.379	175.026
Atualizações	4.578	2.421	-	6.999
Reversões ou pagamentos	(57.284)	(5.648)	-	(62.932)
Em 31 de dezembro de 2015	66.655	69.927	108.379	244.961
Adições	65.146	15.478	-	80.624
Atualizações	18.441	28.666	15.934	63.041
Reversões ou pagamentos	(37.151)	(39.852)	-	(77.003)
Em 31 de dezembro de 2016	113.091	74.219	124.313	311.623

Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, e que ainda encontram-se pendentes, o impacto futuro esperado em caixa esta composto como segue:

		2016				
		Quantidade de ações	Valor envolvido	Provisão (*)	Depósitos	Valor líquido
Previdenciárias e trabalhistas	(a)	1.763	397.418	113.091	(46.698)	66.393
Cíveis	(b)	1.070	487.404	74.219	(15.601)	58.618
Fiscais	(c)	189	593.461	124.313	(24.004)	100.309
Ambientais	(d)	10	777	-	(2.004)	(2.004)
Outras	(e)	5	-	-	-	-
		3.037	1.479.060	311.623	(88.307)	223.316

(*) Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

(a) Previdenciárias e trabalhistas

As ações previdenciárias e trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias, parcelas indenizatórias, adicional noturno, intervalo intrajornada, equiparação salarial e adicionais de periculosidade e insalubridade.

No ano de 2016, foi provisionado um total de R\$65.146. Deste total, R\$11.321 referem-se a sete ações coletivas ajuizadas pelos sindicatos representantes da categoria dos empregados em Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete, Rio de Janeiro e São Paulo, as quais versam sobre (i) diferença de adicional noturno, pagamento de horas extras; (ii) legalidade do sistema de monocondução; (iii) intervalo intrajornada; (iv) pagamento de multa prevista em norma coletiva; (v) o pagamento de parcelas indenizatórias; (vi) aplicabilidade da súmula 331 do TST.

As demais adições de provisões realizadas no período somam R\$53.825, referindo-se à mudança de prognóstico e ajustes decorrentes da adequação das provisões às decisões modificativas

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

posteriormente proferidas durante o período, sendo que, a maior mudança por processo foi no valor de R\$1.405.

As baixas de provisões somam um total de R\$37.151. Deste total, (i) R\$32.126 referem-se à mudanças de prognóstico, pagamentos da execução e ajustes decorrentes da adequação das provisões às decisões modificativas posteriormente proferidas durante o período e atualização monetária; (ii) R\$4.025 decorrem das perdas efetivas em processos encerrados; e (iii) R\$1.000 decorre do pagamento de parcela do acordo celebrado em ação de execução de TAC (Termo de Ajuste de Conduta) proposta pelo MPT/BH.

Outrossim, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui contingências com prognóstico de perda possível no valor total de R\$117.474 em 2016, os quais não constituem provisão.

(b) Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 1.070 ações, onde figura como ré em 976 e como autora/confrontante/interessada em 94.

As ações em que a Companhia figura como ré, versam sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários; paralisação de tráfego ferroviário em Conselheiro Lafaiete (MG); legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio; contratos de concessão e arrendamento, Ações Cíveis Públicas e ações envolvendo o Clube de Investimento dos Ferroviários da Malha Sudeste – SUDFER.

O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$409.985, (R\$300.274 em 31 de dezembro de 2015). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$74.103, (R\$69.903 em dezembro de 2015), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável.

As ações em que a Companhia figura como autora/confrontante/interessada, versam sobre responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião e reintegração de posse.

O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$77.419 (R\$98.897 em 31 de dezembro de 2015). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$ 116, (R\$24 em 31 de dezembro de 2015), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável.

As adições de provisão no valor de R\$15.478 ocorridas no período devem-se principalmente a: (i) mudanças de prognósticos de perda das ações, no valor de R\$8.719, e (ii) adições decorrentes de decisões condenatórias modificativas do valor originalmente provisionado proferidas durante o período, no valor de R\$6.759, sendo que a maior adição por processo foi no valor de R\$2.219. Foi realizada revisão de cálculo de atualização dos valores provisionados, da qual decorreu adição no valor R\$28.666, sendo R\$13.944 correspondente a correção monetária e R\$14.722 correspondente a juros de mora.

Foram realizadas baixas de provisão no período, totalizando R\$39.852, correspondentes basicamente a: (i) mudança de prognóstico de perda das ações e ajustes decorrentes da adequação de valores de provisão às decisões modificativas proferidas posteriormente à constituição da provisão de R\$18.276 e (ii) pagamento de execuções no valor de R\$21.576, em que se destaca o valor de R\$15.128, referente ao processo arbitral instaurado pela Ebate Construtora LTDA.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia é parte em outros processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão, uma vez que o prognóstico de perda foi classificado como possível. O valor das contingências com prognóstico de perda possível é de R\$338.877 em 2016 e se refere, principalmente, a ações de indenização decorrentes de acidentes ferroviários.

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$1.000 por sinistro.

(c) Fiscais

No âmbito fiscal, a Companhia é parte em 189 processos administrativos e judiciais, sendo autora em 83 processos e ré em 106 processos. O valor total envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$593.461, nos quais R\$277.381 eram discutidos em demandas em que a Companhia é autora e R\$316.080 são envolvidos em demandas nas quais a Companhia é ré.

Os processos fiscais em curso versam sobre o questionamento da exigência de recolhimento (i) de glosa de créditos de ICMS incidente sobre bens de uso e consumo; (ii) de IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA; (iii) de PIS e COFINS sobre a importação de bens (trilhos e locomotivas), decorrentes do direito ao enquadramento da Companhia dentre os beneficiários do REPORTE (importação com a suspensão do PIS e da COFINS); (iv) de PIS e COFINS sobre a partilha de fretes a pagar (receita de terceiros incluída em nosso faturamento) e (v) exclusão de valores da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A composição das provisões fiscais com prognóstico de perda provável, no valor total de R\$124.313 (R\$108.379 em 2015), está composta conforme a seguir:

- ICMS – Estado do Rio de Janeiro: o valor de R\$70.200 (R\$61.471 em 2015), refere-se a glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. Os processos aguardam julgamento definitivo.
- ICMS – Estado de São Paulo: o valor de R\$47.068 (R\$40.800 em 2015), refere-se a glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. Os processos aguardam julgamento definitivo.
- Mandado de Segurança para enquadramento nos benefícios do REPORTE: o valor de R\$7.045 (R\$6.108 em 2015), refere-se ao reconhecimento da aplicação dos benefícios do REPORTE à importação de locomotivas. O processo aguarda julgamento definitivo.

A Companhia é parte em outros processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O valor de R\$117.184 em 2016 (R\$105.476 em 2015) referente a contingência, está composto conforme abaixo:

- ICMS – glosa por utilização de regime presumido para cálculo de ICMS na venda de sucatas: R\$107 em 2016 (R\$566 em 2015) refere-se às autuações realizadas pelo fisco de Minas Gerais por discordância na utilização do regime de crédito presumido conferido à Companhia para o recolhimento de ICMS decorrente da venda de sucatas. O processo aguarda julgamento definitivo.
- IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S. A.: R\$27.472 em 2016 (R\$20.470 em 2015) refere-se a processos administrativos e judiciais relativos à cobrança do IPTU sobre imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA. Tais demandas aguardam julgamento, pelo STF, de recurso extraordinário com reconhecimento de repercussão geral.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- PIS e COFINS sobre partilhas de fretes: R\$13.164 em 2016 (R\$12.276 em 2015), refere-se a diferença no recolhimento do PIS e da COFINS em função da exclusão dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo da sua base de cálculo. O processo aguarda julgamento definitivo.
- PIS e COFINS variação cambial: R\$29.798 em 2016 (R\$28.352 em 2015), refere-se a exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo aguarda julgamento de apelação que julgou em favor da Companhia a exclusão de valores da base de cálculo da COFINS. Aguarda-se apreciação quanto ao PIS.
- Execução Fiscal – PIS e COFINS: R\$7.398 em 2016 (R\$11.142 em 2015), refere-se a cobrança judicial de débitos de PIS e COFINS objeto de Certidões de Dívida Ativa, originadas de processos administrativos. A decisão ainda é passível de modificação por meio de recurso.
- Execução Fiscal – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF: R\$21.777 em 2016 (R\$20.930 em 2015), refere-se à execução Fiscal contra a Companhia, relativa a 05 Certidões de Dívida Ativa que versavam sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF. Prolatada sentença acolhendo o pleito da Companhia, aguarda-se o julgamento da apelação.
- Mandados de Segurança PIS/COFINS: Refere-se a mandados de segurança impetrados nos estados de MG/RJ/SP para que o cálculo dos valores devidos a título de PIS/COFINS importação fossem realizados sem a incidência do ICMS pelo desembaraço aduaneiro. O processo aguarda julgamento final das causas junto às instâncias recursais.
- Manifestação de Inconformidade – CSLL: R\$696 em 2016 (R\$468 em 2015). A Receita Federal do Brasil homologou apenas parcialmente o pedido de compensação de créditos decorrentes de pagamento a maior de CSLL. A Companhia interpôs manifestação de inconformidade, que se encontra pendente de julgamento.
- Multa administrativa por ausência de licença de construção – Prefeitura de Barra Mansa: R\$16.772 em 2016 (R\$11.272 em 2015), refere-se a cobrança de multas administrativas aplicadas por motivo de realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa, sem a obtenção de licença prévia. Prolatado acórdão que reconheceu, parcialmente, a incorreção das multas aplicadas, aguarda-se o julgamento definitivo.

(d) Ambientais

A Companhia é parte em 10 ações cujo objeto versa sobre matéria ambiental. Em 31 de dezembro de 2016, o valor total envolvido nas referidas ações judiciais era de R\$777. O prognóstico de perda de todos os processos é considerado ‘possível’ pelos consultores jurídicos, não sendo, portanto objeto de provisão.

(e) Outras

A Companhia tem 5 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) firmados e vigentes, sendo dois decorrentes de matéria trabalhista, dois de matéria cível e um de matéria ambiental. Os TACs de matéria trabalhista visam (i) garantir aos dirigentes sindicais o pleno exercício das atividades que tem por objeto a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional e (ii) o preenchimento do percentual de empregados com deficiências estabelecido pelo art. 93 da Lei 8.213/91. Na área cível, temos dois TACs: um deles versa sobre a construção de passarelas e viadutos sobre a linha férrea, no município de Congonhas/MG e o outro TAC versa sobre a reforma na estação de São José dos Campos. O TAC de matéria ambiental contempla os serviços de plantio e manutenção de muda de árvores nativas da mata atlântica em Juiz de Fora/MG. Para tais casos não foram constituídas provisões.

23.2 Provisões para benefícios pós emprego

	2016	2015
Plano de previdência complementar	50	66
Plano de assistência médica	3.566	3.254
	3.616	3.320

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e a Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$6.986 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$7.380 em 2015), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016, existiam passivos em nome da Companhia, decorrentes do plano de previdência complementar no valor de R\$50 (R\$66 em 2015), as quais foram devidamente provisionadas e estão registradas no passivo não circulante.

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 31 de dezembro de 2016, o plano contava com 16.295 vidas na Bradesco Saúde e 612 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 16.907 vidas.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$33.508 em 31 de dezembro de 2016 (R\$28.231 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R\$3.566 (R\$3.254 em 2015), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante.

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	2016	2015
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	3.254	3.370
Despesa reconhecida no exercício	281	348
Ganho nas obrigações	31	(464)
Passivo atuarial em 31 de dezembro	3.566	3.254

b. Movimentação do passivo atuarial:

	2016	2015
Passivo atuarial no início do exercício	3.254	3.370
Custo do serviço corrente	199	259
Juros sobre a obrigação atuarial	411	374
Benefício pago diretamente ao plano	(329)	(285)
Ganho - redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes	31	(464)
Passivo atuarial em 31 de dezembro	3.566	3.254

c. Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

	2017
Custo do serviço corrente	132
Juros sobre as obrigações atuariais	396
Total da despesa a ser reconhecida	528

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	5,72% a.a.
Inflação de longo prazo	5,50% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	3,0% a.a.
Fator de envelhecimento	De 0 a 24 anos: 0,5% a.a. De 25 a 54 anos: 2% a.a. De 55 a 79 anos: 4,5% a.a. Acima de 80 anos: 3% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Itaú Seguros. Em 2016, a Companhia contribuiu com R\$814 (R\$658 em 2015) com seguro de vida de seus funcionários.

24. Patrimônio líquido**(a) Capital subscrito e integralizado**

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$1.487.756 (R\$1.392.974 em 2015), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes “A” e “B”.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital autorizado é de R\$2.500.000.

De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 28 de março de 2016, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$94.782 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2016, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,00%	74.301.916	48,99%	111.968.442	32,93%
Companhia Siderúrgica Nacional	26.611.282	14,13%	36.765.916	24,24%	63.377.198	18,64%
CSN Mineração S.A. (*)	25.802.872	13,70%	37.536.000	24,75%	63.338.872	18,63%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	19,92%	342.805	0,23%	37.856.455	11,13%
Vale S.A.	36.270.703	19,26%	769.304	0,51%	37.040.007	10,89%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,37%	-	0,00%	4.460.128	1,31%
Minoritários	20.007.526	10,62%	1.951.372	1,29%	21.958.898	6,46%
	188.332.687	100%	151.667.313	100%	340.000.000	100%

(*) No dia 30 de junho de 2016 as ações da Nacional Minérios S.A. foram transferidas a Congonhas Minérios S.A. por conta da incorporação realizada em 31 de dezembro de 2015, conforme fato relevante comunicado ao mercado realizado pela Companhia. Ademais, em 30 de novembro de 2016, conforme ata de Assembléia Geral Extraordinária a Congonhas Minérios S.A. alterou sua denominação social para CSN Mineração S.A.

(b) Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

(c) Reserva de lucros – reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da Reserva Legal era de R\$246.222 (R\$225.345 em 2015).

(d) Reserva de lucros – reserva para investimentos

A administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes para expansão no valor de R\$198.334, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$1.351.139 (R\$1.262.411 em 2015).

(e) Dividendo adicional proposto

A parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, não deverá ser registrada como passivo, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares serem divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2016, a parcela de R\$99.167 referente ao valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório foi registrada no patrimônio líquido como “Dividendo adicional proposto”.

(f) Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se aos ganhos atuariais do plano de saúde, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

	Ganhos atuariais	IRPJ/CSLL	Total
Em 31 de dezembro de 2014	11.832	(4.023)	7.809
Adições	464	-	464
Baixas	-	339	339
Em 31 de dezembro de 2015	12.296	(3.684)	8.612
Adições	-	-	-
Baixas	(31)	337	306
Em 31 de dezembro de 2016	12.265	(3.347)	8.918

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

25. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	2016	2015
Numerador		
Lucro líquido do exercício	417.545	295.798
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas	166.834	166.834
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Lucro básico por ação ordinária	1,18	0,83
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico e diluído por ação preferencial - A	1,29	0,92
Lucro básico e diluído por ação preferencial - B	1,29	0,92

26. Receita dos serviços prestados

	2016	2015
<u>Receita operacional bruta</u>		
Serviços de transporte	2.763.753	2.629.849
Partilha de fretes	113.383	106.456
Receitas acessórias de transporte	758.579	766.301
	<u>3.635.715</u>	<u>3.502.606</u>
<u>(-) Deduções sobre vendas</u>		
ICMS	(117.520)	(115.165)
COFINS	(151.240)	(145.700)
PIS	(32.835)	(31.632)
INSS (*)	(54.653)	(37.034)
ISS	(47)	(331)
	<u>(356.295)</u>	<u>(329.862)</u>
Receita líquida de serviços	<u>3.279.420</u>	<u>3.172.744</u>

(*) Lei 13.161/15 – Alteração das alíquotas incidentes na Desoneração da Folha de Pagamento – Em edição extra do Diário Oficial da União de 31/08/2015, divulgada em 01/09/2015, foi publicada a Lei nº 13.161/15

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

a qual, dentre outros assuntos, implementou alterações na legislação da desoneração da folha de pagamento (CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta). A partir de 1º de dezembro de 2015 a alíquota da Contribuição Previdenciária calculada sobre a Receita Bruta passou de 1,0% para 1,5%.

27. Despesas por natureza

	2016	2015
Combustíveis/lubrificantes	(537.081)	(533.027)
Depreciação/amortização	(559.765)	(515.408)
Mão-de-obra e encargos sociais	(382.917)	(387.122)
Custo da concessão/arrendamento	(299.209)	(272.950)
Serviços de terceiros	(218.619)	(186.874)
Insumos/outros materiais	(144.104)	(136.774)
Benefícios a empregados	(103.901)	(94.191)
Crédito presumido ICMS MG	65.300	73.359
Outros gastos com pessoal	(60.404)	(64.033)
Partilhas de fretes	(79.289)	(68.330)
(Provisão) Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	7 e 9 49.085	-
Custos acessórios de transporte	(31.194)	(31.886)
Aluguel veículos e equipamentos operacionais	(13.087)	(15.991)
Despesas com seguro	(11.471)	(11.910)
Honorários da administração	(3.529)	(3.617)
Outros	(55.247)	(63.129)
	(2.385.432)	(2.311.883)
Custo dos serviços prestados	(2.208.786)	(2.095.614)
Receitas (Despesas) com vendas (*)	37.977	(10.322)
Despesas gerais e administrativas	(214.623)	(205.947)
	(2.385.432)	(2.311.883)

(*) O saldo positivo em 2016 refere-se à reversão da PECLD constituída em 2014 conforme descrito na Nota 7. (b) no valor de R\$51.793 que superou as despesas com vendas correntes do ano no valor de R\$13.816.

MRS Logística S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

28. Outras receitas e outras despesas operacionais

		2016	2015
<u>Outras receitas operacionais</u>			
Receitas alternativas	(a)	40.224	40.345
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)		20.733	24.598
Multas contratuais	8. (a)	196.212	61.847
Seguros		1.220	318
Prestação de serviços a terceiros		2.602	5.007
Receita na venda de imobilizado	8. (f)	29.537	53
Reversão de provisão para perda de ativos circulantes		-	2.320
Reversão de provisão para perda de ativos não circulantes		-	443
Reversão provisão para doação de ativos	14	12.852	-
Ressarcimento de gastos com acidentes		-	9.407
Outras receitas		4.246	6.578
		307.626	150.916
<u>Outras despesas operacionais</u>			
Provisão para perda de créditos de ICMS	(b)	(4.066)	(21.460)
Provisão para perda de ativos circulantes	10. (c)	(1.056)	-
Provisão para perda de ativos não circulantes		(5.424)	(440)
Provisão para doação de ativos		-	(16.875)
Provisões para contingências	23.1	(22.384)	(118.330)
Outras provisões passivas		1.766	1.991
Perda tributos		(46.347)	(39.425)
Impostos sobre vendas e outras receitas		(27.305)	(14.764)
Demais despesas tributárias		(13.402)	(15.408)
Execuções por perdas processuais		(54.579)	(22.094)
Custo das receitas alternativas		(5.318)	(6.485)
Convênio com municípios		(6.068)	(5.431)
Custo na venda de materiais (sucata/excesso estoque)		(3.572)	(753)
Custo prestação de serviços a terceiros		(838)	(3.009)
Doações	14	(12.866)	(1.036)
Baixa de ativo imobilizado	14	(21.265)	(8.135)
Ajuste/baixa de estoque		(8.034)	486
Despesas patrocínio (Lei Rouanet/FIA/Esporte)		(6.962)	(3.055)
Projeto empresa cidadã		(3.289)	(2.174)
Indenizações ao Poder Concedente		(2.213)	(18.016)
Títulos não recebidos	(c)	(42.530)	-
Outras despesas		(5.415)	(16.636)
		(291.167)	(311.049)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		16.459	(160.133)

(a) Receitas alternativas: por determinação da ANTT, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte de Cargas, as receitas provenientes de projetos associados à prestação do

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

serviço público concedido e que não se enquadram nas atividades de exploração do transporte ferroviário são classificadas como receitas alternativas.

(b) O valor de R\$4.065 refere-se ao incremento de provisão para perda de créditos de ICMS (vide Nota 11).

(c) Do valor de R\$42.530, R\$42.409 refere-se a baixa de títulos não recebidos decorrente de acordo no processo de recuperação judicial descrito na Nota 7.(b).

29. Receitas e despesas financeiras

		2016	2015
<u>Receitas financeiras</u>			
Variação cambial e monetária		241.121	109.940
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>		-	260.006
Ajuste de marcação a mercado - <i>hedge accounting</i>		721	-
Rendimentos s/ aplicações financeiras		62.347	84.172
Juros		5.822	5.697
Ajuste a valor presente de contas a receber	8. (h)	23.221	-
Outras receitas financeiras		9.967	1.816
		343.199	461.631
<u>Despesas financeiras</u>			
Variação cambial e monetária		(184.672)	(390.007)
Juros		(223.791)	(240.179)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>		(143.768)	(71.396)
Outras despesas financeiras		(40.268)	(9.039)
		(592.499)	(710.621)
Resultado financeiro líquido		(249.300)	(248.990)

30. Informações por segmento

Em função de prestar unicamente serviços de transporte de carga na malha sudeste, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

A Companhia possui certo grau de dependência de seus principais clientes, composta especialmente por seus acionistas. A receita por cliente está assim representada:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Principais Clientes	2016	2015
Vale S.A.	1.682.315	1.607.675
Companhia Siderúrgica Nacional	243.070	673.489
Mineração Usiminas S.A.	16.971	104.031
CSN Mineração S.A.	639.063	39.174
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	114.231	117.858
Gerdau Açominas S.A.	106.635	81.203
Nacional Minérios S.A.	-	98.814
Ferrovia Centro Atlântica	36.763	31.725
Gerdau Aços Longos S.A.	8.247	18.194
CSN Cimentos S.A.	-	10.639
Gerdau S.A.	1.230	4.065
VLI Multimodal	772	1.543
Confab Industrial S.A.	110	679
Companhia Metalúrgica Prada	15	247
Outros	786.293	713.270
	3.635.715	3.502.606

A Companhia não presta serviços para clientes no mercado externo por possuir área de atuação delimitada à malha sudeste, conforme estabelecido no contrato de concessão.

31. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	31 de março de 2018	203.378	9.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de fevereiro de 2017	30.000	1.000
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de julho de 2017	45.000	200

Observações:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

32. Eventos subsequentes

Reunião do Conselho de Administração

De acordo com a lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. A Companhia atingiu esse limite em 31 de dezembro de 2016 e em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 08 de março de 2017, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$109.606 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Humberto Ramos de Freitas
Presidente

Alejandro Daniel Laiño
Daniel dos Santos Junior
Fabio Costa Brasileiro da Silva
Fernando Pessanha Santos
Guilherme Delgado de Oliveira
Luis Fernando Barbosa Martinez
Patrícia Silva Rodrigues Schell
Rosana Passos de Pádua
Wilfred Theodoor Bruijn

Membros da Diretoria Executiva

Guilherme Segalla de Mello
Diretor Presidente, Comercial e de Operações

Alexandre Claro Fleischhauer
Diretor de Engenharia e de Manutenção

Félix Lopez Cid
Diretor de Recursos Humanos

Fabírcia Gomes de Souza
Diretora de Finanças e de Desenvolvimento

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio
Henrique Rocha Martins
Luiz Gustavo Bambini de Assis